

Diferenças na actuação dos Bancos Comerciais Privados e Públicos: O  
Caso da Caixa Geral de Depósitos

Mário Armando Das Neves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Economia Monetária e Financeira

Orientador:

Professor Doutor Sérgio Miguel Chilra Lagoa, Professor Auxiliar

ISCTE-IUL

Outubro, 2012

## **Resumo**

Pretende-se com este estudo apurar a diferenciação na actuação dos bancos comerciais privados e públicos, tendo como principal objeto em análise, a actuação da Caixa Geral de Depósitos.

O estudo foi desenvolvido em dois períodos distintos, 1999 (expansão) e 2010 (crise) de forma a apurar com maior rigor as diferenciações da actuação da Caixa Geral de Depósitos em ambos contextos. Tendo em conta a pluralidade das variáveis (rácios) utilizadas no estudo, foi utilizada a análise de cluster, auxiliado pela ferramenta do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Concluiu-se que a Caixa Geral de Depósitos apresentou-se mais próximo dos pressupostos que regem a actuação do banco público no ano 1999 do que no ano 2010.

Palavras-chave: Bancos Públicos, Análise de Clusters, Caixa Geral de Depósitos.

Classificação JEL: G20, H80

## **Abstract**

The aim of this study was to determine differentiation in the activities of private and public commercial banks, the main subject under review, the performance of Caixa Geral de Depósitos.

The study was conducted in two distinct periods, 1999 (expansion) and 2010 (crisis) in order to determine more accurately the differences in performance of Caixa Geral de Depósitos in both contexts.

Given the plurality of variables (ratios) used in the study, we used cluster analysis, aided by software tool Statistical Package for Social Sciences (SPSS).

Was concluded that the CGD appeared closer to the assumptions governing the conduct of public bank in the year 1999 than in 2010.

Keywords: Public Banks, Cluster Analysis, Caixa Geral Depósitos.

JEL Classification: G20, H80

## **Dedicatória**

Dedico a presente dissertação a minha família, em especial aos meus pais, Mário Fernando e Maria Conceição Neves Boa-Morte, pelo apoio incondicional, torcendo sempre pelo meu sucesso.

Aos, meus irmãos, José Carlos Neves, Ailton Neves e Leandro Neves, que sempre me transmitiram força e motivação na persecução deste trabalho, aos meus tios e avós, pelas imensuráveis palavras de incentivo.

## **Agradecimentos**

Manifesto de forma expressiva e emotiva os meus sinceros agradecimentos ao Professor Doutor Sérgio Lagoa, pela sua orientação, engajamento, ideias, sugestões e principalmente pela disponibilidade oferecida.

Em seguida, agradeço profundamente aos meus pais, mentores do meu projeto curricular e de vida.

Um muito obrigado a todos.

## Índice

1. Introdução .....	1
2. Revisão da Literatura .....	2
Discussão sobre os argumentos favoráveis e desfavoráveis á existência de bancos públicos	2
Argumentos favoráveis á existência de bancos públicos.....	2
Argumentos desfavoráveis à existência de bancos públicos .....	2
Trabalhos realizados sobre a CGD .....	3
Considerações Finais .....	3
3. Caracterização do Sistema Financeiro .....	5
História da Caixa Geral de Depósitos.....	6
4. Metodologia .....	7
Caracterização das variáveis.....	7
Análise de Clusters .....	10
Descrição do Método de Análise de Clusters .....	10
Métodos de Análise de Clusters.....	11
Medidas de Distância ou Dissemelhança entre os elementos de uma matriz de dados ....	11
5. Caracterização dos Bancos usando os rácios escolhidos .....	13
Evolução dos Rácios dos Principais Bancos de 1999 a 2010.....	13
6. Resultado Obtido .....	26
Composição dos Clusters.....	26
Análise dos resultados .....	29
Caracterização dos Clusters do ano 1999 .....	29
Caracterização dos Clusters do ano 2010 .....	36
7. Análise de Robustez.....	43
8. Considerações Finais .....	44
9. Referências Bibliográficas .....	46
10. Anexos.....	49

Argumentos desfavoráveis à existência de bancos públicos .....	53
Influência política na sua gestão .....	53
Distorção da concorrência e vantagens competitivas .....	54
Influência limitativa para o crescimento económico .....	54
Dados relativos ao ano 1999.....	62
Dados relativos ao ano 2010.....	65
Dados da Análise de Robustez .....	70

## **Tabelas**

Tabela 1 – Evolução da variável Risco 1999-2010.....	14
Tabela 2 - Evolução da variável Solvabilidade Bruta 1999-2010.....	15
Tabela 3 - Evolução da variável Cost-to-Income 1999-2010 .....	16
Tabela 4 - Evolução da variável Rendibilidade do Activo 1999-2010 .....	17
Tabela 5 - Evolução da variável Relevância de Recurso do Cliente 1999-2010 .....	18
Tabela 6 - Evolução da variável Transformação 1999-2010 .....	19
Tabela 7 - Evolução da variável Estrutura do Activo 1999-2010 .....	20
Tabela 8 - Evolução da variável Taxa média das Aplicações 1999-2010.....	21
Tabela 9 - Evolução da variável Taxa média dos Recursos 1999-2010.....	22
Tabela 10 - Evolução da variável Peso Outros Rendimentos sobre Produto Bancário 1999-2010.....	23
Tabela 11 - Evolução da variável Activos de Negociação sobre Activo Financeiro 1999-2010 .....	24
Tabela 12 - Evolução da variável Taxa de Crescimento do Crédito .....	24
Tabela 13 - Evolução da variável Quota de Mercado 1999-2010.....	25
Tabela 14- Composição dos Clusters 1997-1999.....	26
Tabela 15 - Composição dos Clusters 2008-2010.....	27
Tabela 20 - Instituições Financeiras que operavam em 1999 .....	59
Tabela 21- Instituições Financeiras que operavam em 2010 .....	60
Tabela 22 - Instituições Financeiras - Filiais em 2010.....	60
Tabela 23 - Instituições Financeiras - Sucursais em 2010 .....	61

## **Equação**

Quadrado da Distância Euclidiana .....	12
--	----

## **Ilustrações**

Ilustração 1 - Organograma do Grupo CGD .....	61
Ilustração 2- Dendrograma 1999 .....	63
Ilustração 3- Dendrograma 2010 .....	67
Anexo-Dados Relativos ao 1999-Tabela 1 .....	62
Anexo-Dados Relativos ao 1999-Tabela 2 .....	62
Anexo-Dados Relativos ao 1999-Tabela 3 .....	63
Anexo-Dados Relativos ao 1999-Tabela 4 .....	64
Anexo-Dados Relativos ao 1999-Tabela 5 .....	64
Anexo-Dados Relativos ao 1999-Tabela 6 .....	64
Anexo-Dados Relativos ao 2010-Tabela 1 .....	65
Anexo-Dados Relativos ao 2010-Tabela 2 .....	66
Anexo-Dados Relativos ao 2010-Tabela 3 .....	67
Anexo-Dados Relativos ao 2010-Tabela 4 .....	68
Anexo-Dados Relativos ao 2010-Tabela 5 .....	68
Anexo-Dados Relativos ao 2010-Tabela 6 .....	69
Anexo-Análise de Robustez- Tabela 1 .....	70
Anexo-Análise de Robustez- Tabela 2- Dendograma 1999 .....	71
Anexo-Análise de Robustez- Tabela 3 .....	71
Anexo-Análise de Robustez- Tabela 4 .....	72
Anexo-Análise de Robustez- Tabela 5 - Dendograma 2010 .....	73
Anexo-Análise de Robustez- Tabela 6 .....	73
Anexo-Análise de Robustez- Tabela 7 .....	74
Anexo-Análise de Robustez- Tabela 8 -Dendograma .....	75
Anexo-Análise de Robustez- Tabela 9 .....	75

Anexo-Análise de Robustez- Tabela 10.....	76
Anexo-Análise de Robustez- Tabela 11- Dendograma.....	77
Anexo-Análise de Robustez- Tabela 12.....	77

## **Glossário de Termos e Abreviaturas**

BANCO BIC — BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.  
BANCO BPI — BANCO BPI, S.A.  
BANCO INVEST — BANCO INVEST, S.A.  
BANIF — BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A.  
BARCLAYS — BARCLAYS BANK PLC (Sucursal)  
BBV— BANCO BILBAO VIZCAYA  
BBVA — BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (Portugal) S.A.  
BCA — BANCO COMERCIAL DOS AÇORES, S.A.  
BCP — BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.  
BES — BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.  
BIC— BANCO INTERNACIONAL DE CRÉDITO  
BNC— BANCO NACIONAL DE CRÉDITO  
BNP — BNP PARIBAS (Sucursal)  
BNU— BANCO NACIONAL ULTRAMARINO  
BPA— BANCO PRIVADO ATLÂNTICO  
BPN— BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS  
BPSM — BANCO PINTO & SOTTO MAYOR  
BTA— BANCO TOTTA & AÇORES  
CCCAM — CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO  
CGD — CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.  
CPP— CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS  
CREDIFIN — BANCO DE CRÉDITO AO CONSUMO, S.A.  
DEUTSCHE BANK — DEUTSCHE BANK (PORTUGAL), S.A.  
FINANTIA — BANCO FINANTIA, S.A.  
FINIBANCO — FINIBANCO S.A.  
FORTIS BANK — FORTIS BANK (Sucursal)  
ITAÚ — BANCO ITAÚ EUROPA, S.A.  
MELLO— BANCO MELLO, S.A.  
MG — CAIXA ECONÓMICA – MONTEPIO GERAL  
POPULAR — BANCO POPULAR PORTUGAL, S.A.  
SANTANDER TOTTA SGPS — SANTANDER TOTTA SGPS

## **1. Introdução**

A presente dissertação apresenta como pano de fundo duas discussões, sendo a primeira a existência de bancos públicos e a segunda, a sua respectiva actuação na esfera do mercado bancário português, sendo a Caixa Geral de Depósitos o foco do estudo.

Este trabalho apresenta-se num contexto pertinente na agenda atual, uma vez que a discussão relativa à privatização da Caixa Geral de Depósitos está cada vez mais presente. Neste cenário, pretende-se dar um incremento contributivo ao analisar e avaliar comparativamente a atuação da Caixa Geral de Depósitos com os demais bancos comerciais privados, colocando à prova os pressupostos de actuação do banco público em dois contextos distintos de conjuntura económico-financeira; expansionista (1997-1999) e recessiva (2008-2010).

Constata-se o registo de trabalhos desenvolvidos sobre a Caixa Geral de Depósitos, porém com abordagens distintas, uma vez que a presente dissertação diferencia-se, pela análise de rácios financeiros, económicos e de produtividade que serão posteriormente agregados para a consequente análise de cluster.

A presente análise é auxiliada pelo software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), onde foram incorporadas as instituições bancárias com relevo no sistema bancário português no período supra definido e visa definir a formação de clusters (grupos de bancos que apresentam similaridade das suas características).

A dissertação está desenvolvida pela seguinte forma. Procede-se no ponto 2 com a revisão da literatura, onde serão abordadas as questões fulcrais concernentes a existência de bancos públicos e a discussão dos argumentos favoráveis e desfavoráveis. No ponto 3 faz-se a caracterização do sistema financeiro, onde será desenvolvida de forma concisa a evolução do sistema financeiro, desde período pré-liberal, passando pela liberalização, integração na união monetária até aos dias correntes e procede-se a narrativa da história da CGD, de forma sucinta. Segue-se o ponto 4, onde se procede a descrição da metodologia aplicada. A caracterização dos bancos será desenvolvida no ponto 5. Prossegue-se nos pontos 6 e 7, com os resultados obtidos após a aplicação da metodologia onde será conhecido o posicionamento da Caixa Geral de Depósitos face aos demais bancos e a análise de robustez respectivamente.

## **2. Revisão da Literatura**

### **Discussão sobre os argumentos favoráveis e desfavoráveis á existência de bancos públicos**

A remota discussão em torno da existência e da atuação dos bancos públicos e privados está cada vez mais distante de ser amplamente consensual. O sistema bancário caracteriza-se por um manto envolvente robusto, rígido que se rege por uma contundente regulamentação e supervisão atendendo às suas intrínsecas especificidades concorrendo deste modo para a segurança das aplicações efetuadas pelos intervenientes.

Após o predomínio da corrente “liberal” que culminou com a recente crise financeira, a corrente apologista da intervenção do Estado ressurgiu na óptica de alguns autores como solução plausível. Com o propósito de esmiuçar a presente dicotomia (bancos públicos e privados) passo a enunciar os argumentos favoráveis e desfavoráveis atinentes a existência de bancos públicos.

#### **Argumentos favoráveis á existência de bancos públicos<sup>1</sup>.**

Os principais argumentos favoráveis a existência de bancos públicos são:

- Papel estabilizador na concessão de crédito
- Papel estruturante de saneamento do sistema bancário
- Correção de falhas de mercado devido à presença de informação assimétrica
- Instrumento ao serviço do Estado para a aplicação de políticas e boas práticas no seio da sociedade

#### **Argumentos desfavoráveis à existência de bancos públicos<sup>2</sup>**

Os principais argumentos desfavoráveis a existência de bancos públicos são:

- Ineficiência económica
- Influência política na sua gestão
- Distorção da concorrência e vantagens competitivas
- Influência limitativa para o crescimento económico

---

<sup>1</sup> Desenvolvido em anexo

<sup>2</sup> Desenvolvido em anexo

### **Trabalhos realizados sobre a CGD**

A presente problemática já foi desenvolvida por alguns autores pese embora com abordagens distintas, porém todas convergem no mesmo sentido: o papel da Caixa Geral de Depósitos é importante para o bom funcionamento sistema financeiro.

Segundo Mortágua (2011), a CGD desempenha um papel contra cíclico tendo aumentado o montante de crédito durante a recente crise e foi uma das únicas instituições a fazê-lo de forma expressiva, enquanto que os demais bancos privados estavam a reduzir sua oferta de crédito como uma resposta à crise financeira. Importa realçar o artigo de Fátima Barros e Leonor Modesto cujo título “Portuguese Banking Sector: A Mixed Oligopoly?” (Universidade Católica, 1999), conclui que os bancos comerciais procuram taxativamente maximizar os lucros ao passo que o banco público é instruído a maximizar uma função de objetivo que depende das receitas provenientes dos depósitos e empréstimos, avaliadas em seus respectivos custos de oportunidade. Acrescentam ainda que encontraram evidências empíricas que suportam a existência de uma intervenção reguladora do mercado de empréstimos, que visa reduzir as taxas de juros de equilíbrio pagos sobre os empréstimos. No entanto, não verificaram o mesmo resultado nos mercados de depósitos.

Figueiredo (2009), enuncia em traços gerais que a principal desvantagem na actuação da propriedade pública de bancos reside no facto dos interesses de pequenos grupo de elite ou partidos políticos específicos estarem na génese de decisões e acabarem por se sobrepor ao interesse coletivo dos indivíduos e da própria sociedade. Porém segundo o autor, a CGD apresenta um papel crucial no funcionamento do sistema financeiro, apresentando-se como um instrumento necessário e desejável.

### **Considerações Finais**

Após o contraponto e a respectiva explanação entre os argumentos favoráveis e desfavoráveis da actuação e da existência do banco publico, torna-se evidente que a problemática que se coloca cinge pela forma de actuação e não a real existência do mesmo.

Com base no Chang (2007), o Estado será sempre necessário no sistema económico desde que promova actividades cruciais para o desenvolvimento económico (que envolvem investimentos avultados, riscos elevados e períodos de gestação longos) e que intervenha

diretamente na produção de bens e serviços, quando tal é necessário, para garantir a coesão social e territorial. Enfatizando o que já foi dito anteriormente, existem, à partida, responsabilidades e funções próprias que cabem única e exclusivamente aos bancos públicos, tais como: promoção do desenvolvimento financeiro, extensão de serviços bancários competitivos para residentes em áreas isoladas ou menos acessíveis, financiamento de projetos socialmente desejáveis mas financeiramente pouco rentáveis, manutenção da segurança e sanidade do sistema bancário e consequentemente o papel estabilizador na concessão de crédito. De igual modo, o controlo estatal de bancos é relevante para o redireccionamento das poupanças para projetos estratégicos de longo prazo, gerando procura agregada e ultrapassando as falhas institucionais relacionadas com os mercados de capitais privados.

No âmbito da segurança do funcionamento do sistema bancário, salienta-se grandes preocupações com os possíveis impactos do risco sistémico e no estabelecimento da obrigação de cumprimento de legislação aplicável aos agentes económicos. Consequentemente assume a responsabilidade de atuar como um instrumento ao serviço do Estado para a aplicação de políticas e boas práticas no seio da sociedade, nunca descurando a possibilidade de obter resultados favoráveis. Deste modo, apresenta como função vital, regular, supervisionar, sinalizar e contribuir para o bom o funcionamento de todo o sistema, de forma a impedir práticas prejudiciais e com impactos e efeitos de contágio aos restantes agentes económicos.

De todos os argumentos desfavoráveis presentes na discussão, a forte influência política na sua gestão, representa sem margens de dúvidas maior crítica à existência dos bancos públicos. Para contrariar esse mesmo efeito negativo, Yeyati et al (2005), enunciou três passos: i) os objetivos para o banco público seriam estabelecidos pelo Estado mas seriam os seus responsáveis a encontrar as formas adequadas de os atingir; ii) os responsáveis pelos bancos públicos deveriam possuir mandatos longos que não coincidissem com os ciclos políticos, de forma a poderem construir uma base sólida de gestão e de garantirem a independência e imparcialidade face à influência política; iii) no conselho de administração do banco público deveria existir uma forte heterogeneidade de diretores que representassem vários sectores da sociedade de forma a garantir a adequação de projetos para todos os sectores económicos e evitar a concessão de créditos privilegiados.

Pela análise efetuada, os bancos públicos devem ter algumas características, que passamos a descrever: menor pro-ciclicidade dos empréstimos (em períodos de expansão os empréstimos crescem menos e em períodos de crise crescem mais do que nos bancos comerciais), maior rácio de solvabilidade devido ao conservadorismo da gestão de capital, maior concentração na atividade de crédito, forte base de depósitos que lhe é favorecida pelo seu estatuto público, maiores custos operacionais, menor taxas de juro do crédito, e menor rendibilidade. Em termos de risco de crédito, se por um lado a sua gestão mais conservadora aponta para um menor risco, o facto de privilegiar PMEs, projetos mais inovadores e com forte impacto económico-social pode estar associado a maior risco de crédito.

A análise que se fará na parte empírica procura ver, analisando rácios contabilísticos, se o banco público em Portugal apresenta características distintivas. Esta análise omite uma visão mais geral do papel da CGD no sistema bancário, como seja o seu papel na resolução de problemas de informação assimétrica, no saneamento do sistema bancário, na extensão de serviços bancários competitivos para residentes em áreas isoladas ou menos acessíveis e no financiamento de projetos socialmente desejáveis mas financeiramente pouco rentáveis. A título de exemplo, a CGD foi utilizada pelo Estado para apoiar a resolução de insolvência do Banco Português de Negócios. Estas operações afiguram impactos consideráveis na estrutura contabilística do banco, porém não serão tidas em análise por escassez de informação.

### **3. Caracterização do Sistema Financeiro<sup>3</sup>**

Em jeito de síntese, o sistema financeiro é caracterizado por três marcos importantes; Período Pré-Liberalização, Processo de Privatizações e Integração financeira, que estão devidamente desenvolvidos em anexo.

No período de pré-liberalização, destacam-se as limitações explícitas ao conjunto das operações permitidas às instituições de crédito na sua atividade com residentes, as barreiras administrativas à entrada de novas instituições, especialmente de capital estrangeiro, e à respectiva internacionalização. Registou-se uma limitação assinalável das actividades internacionais, em que se resumia à liquidação das operações de comércio internacional e de investimento direto estrangeiro, num contexto em que persistiam restrições fortes aos fluxos de capital.

---

<sup>3</sup> Com base no estudo levado ao cabo pelo Banco de Portugal (A Economia Portuguesa no Contexto da Integração Económica, Financeira e Monetária, 2009)

O processo de privatizações no sistema bancário português teve início em 1989. Registou-se uma diminuição da quota de mercado dos bancos públicos em termos de activos totais de cerca de 74 por cento em 1990 para cerca de 24 por cento em 1996, permanecendo estável desde então, corresponde à Caixa Geral de Depósitos, grupo bancário detido pelo acionista Estado. Durante os anos 90, denotou-se a presença de alguns bancos estrangeiros a operarem no mercado português, com uma quota de mercado conjunta que aumentou de 3 por cento em 1991 para 7 por cento em 1999. Entre esses bancos encontravam-se filiais e sucursais de grandes bancos mundiais com sede em outros países europeus, tais como o *Barclays Bank*, o *Banco Bilbao Vizcaya*, o *Crédit Lyonnais*, o *Deutsche Bank* e o *Banco Santander*.

Um dos aspectos mais salientes da integração financeira foi a convergência das taxas de juro para os níveis mais reduzidos de entre os observados nas economias que viriam a participar na área do euro. Este aspecto marcou a transição da economia portuguesa para um novo regime caracterizado por taxas de juro mais baixas e menos voláteis, sendo um elemento importante no estabelecimento do mercado único de serviços financeiros.

Tendo em conta a restrição da dimensão da dissertação, os aspetos relacionados com a evolução do sistema financeiros e a crise financeira, estão desenvolvidos em anexo.

### **História da Caixa Geral de Depósitos**

A fundação da Caixa Geral de Depósitos contextualiza-se no quadro de desenvolvimento liberal à semelhança do que ocorria noutros países europeus e segundo Lains (2002) “o seu percurso reflete a história das principais instituições financeiras ligadas à dívida pública, a história política e a história das finanças públicas em Portugal”. De forma concisa, poder-se-ia pontuar quatro marcos importantes na história da Caixa Geral de Depósitos; Fundação, Autonomia de Administração, Transformação em Empresa Pública e Transformação em Sociedade Anónima que serão desenvolvidos em anexo.

A chamada Lei Orgânica em 1969, alterou o âmago do enquadramento jurídico da instituição, conferindo-lhe a estrutura empresarial que está na origem da sua gradual aproximação às restantes instituições de crédito. As reformas da Caixa Geral de Depósitos surgiram na sequência do Conselho para o Sistema Financeiro e da conseqüente integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia em que culminou com a aprovação do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (em 1992) que preconizou dentre outras alterações a equiparação a Caixa Geral de Depósitos aos bancos, no que respeita às actividades que está autorizada a exercer, e veio regular as actividades de todas as instituições

de crédito e sociedades financeiras. Porém, o Conselho para o Sistema Financeiro, concluiu as recomendações com uma ressalva: a CGD deveria diversificar a sua atividade, integrando-se no modelo de banca universal, na busca da rentabilidade das suas operações e de um equilíbrio global de actividades diferenciadas, que estaria em conformidade com a posição de liderança que ocupava no mercado financeiro português. A CGD é transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e passa a denominar-se Caixa Geral de Depósitos, S.A., regendo-se pelas mesmas normas das empresas privadas do sector. Seguiu-se a definição de quatro linhas estratégicas, anunciadas pelo Rui Vilar como administrador; modernização, descentralização, universalização e internacionalização. Em 1999, a Mundial-Confiança e o Banco Chemical passaram a integrar a Grupo CGD na sequência da aquisição grupo Champallimaud pelo grupo Banco Santander Central Hispano.

Por outro lado, ocorreram algumas alterações na estratégia do processo de internacionalização, uma vez que se apostou inicialmente nos países onde existia uma emigração nacional significativa, no entanto, ocorreu uma inflexão de estratégia ao avançar em novos espaços: Espanha, Brasil, PALOP (países africanos de língua oficial portuguesa; Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e o mercado Asiático (Macau, por intermédio do Banco Ultramarino).

#### **4. Metodologia**

Para a elaboração do presente estudo, foram utilizados dados consolidados<sup>4</sup> extraídos da Associação Portuguesa de Banco. No entanto não foi possível aceder a informação sobre pontos interessantes, designadamente a composição do crédito. Foram escolhidos rácios que procuram caracterizar as diversas áreas de um banco: risco, capital, eficiência produtiva, rendibilidade, e crescimento do crédito. Atendendo à pluralidade das informações provenientes dos rácios, utilizou-se a análise de cluster com o auxílio do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) para caracterizar os bancos com o rigor necessário. Neste contexto, seguem abaixo as 13 variáveis utilizadas:

##### **Caracterização das variáveis**

**Rácio Risco: Provisão de Crédito/Crédito:** Este rácio relaciona a rubrica Provisão de Crédito com Crédito a Clientes. Permite mensurar o perfil do risco assumido por cada instituição.

---

<sup>4</sup>Segundo o Relatório de Conta da Caixa Geral de Depósitos, inclui seguros.

**Solvabilidade Bruta: Capital Próprio/Activo Líquido:** Relação entre o Capital Próprio e o Activo Líquido. Trata-se de um dos principais indicadores da gestão bancária por colocar em evidência a estrutura financeira dos bancos. Corresponde à parte do Activo Líquido que está coberta pelo Capital Próprio.

**Cost-to-Income: Custos Funcionamento/Produto Bancário:** o presente rácio mede a parte da riqueza gerada (Produto Bancário) que é absorvida pelos custos de funcionamento, traduzindo a relevância dos custos no produto. O Custo de Funcionamento é composto pela soma das seguintes rubricas: Custos com o Pessoal, Gastos Gerais Administrativos e por último, Depreciação e Amortização do exercício.

**Rentabilidade do Activo: Resultado Líquido/Activo Líquido:** relaciona o Resultado Líquido com o Activo Líquido e permite mensurar a rentabilidade do Activo.

**Relevância do Recurso do Cliente: Recurso Cliente/Passivo Financeiro:** O indicador permite mensurar o peso dos Recursos de Cliente no Passivo Financeiro, atribuindo deste modo a medida da importância dos clientes como fonte de financiamento. Passivo Financeiro é composto pelo somatório das seguintes Rubricas; Recursos de Bancos Centrais, Passivos Financeiros Detidos para Negociação, Passivos Financeiros ao Justo Valor, Recursos de Outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes e Outros Empréstimos, Responsabilidades Representadas por Títulos, Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos e por último, Outros Passivos Subordinados.

Tendo em consideração a alteração das normas contabilísticas, Passivo Financeiro de 1999 é composto pelo somatório das seguintes Rubricas; Débitos à Vista, Débitos a Prazo, Débitos Representados por títulos, Recurso de Clientes e Títulos e por último Passivos Subordinados e o Passivo Financeiro do ano 2010 é composto como descrito em cima.

**Rácio de Transformação: Crédito a Cliente/ Recurso de Cliente:** Permite a mensuração da parte dos recursos de cliente sob a forma de depósito que é canalizada para crédito.

**Estrutura do Activo: Crédito a Cliente/ Activo Financeiro:** Presente rácio pondera o peso do Crédito a Cliente no Activo Financeiro. Importa elucidar, que o em 2010 Activo Financeiro é composto pelo somatório das seguintes rubricas; Caixa e Disponibilidade em Bancos Centrais, Activos Financeiros Detidos para Negociação, Outros Activos Financeiros ao Justo Valor, Activos Financeiros Disponíveis para a Venda, Aplicações em Instituições de

Crédito, Créditos a Clientes, Investimentos Detidos até a Maturidade e Activos com Acordo de Recompra.

O Activo Financeiro é composto em 1999 pelo somatório das seguintes rubricas; Caixa e Disponibilidade em Bancos Centrais, Créditos sobre Instituições de Crédito, Créditos sobre Clientes, Títulos Rendimento Fixo

**Taxa média das aplicações: Juros e Rendimentos Similares/Activo Financeiro:** Este indicador mensura a taxa média da remuneração do ativo financeiro, relacionando os Juros e Rendimentos Similares com o Activo Financeiro.

**Taxa média dos Recursos: Juros Encargos Similares/ Passivo Financeiro:** Relaciona os Juros e Encargos Similares com os Passivos Financeiros, que permite mensurar a taxa média dos custos dos recursos.

**Rácio: Outros Rendimentos/Produto Bancário:** No presente rácio, pretende-se apurar o peso dos Outros Rendimentos no Produto Bancário. Produto Bancário é a soma entre as rubricas; Margem Financeira e Outros Rendimentos.

**Rácio: Activos Negociação /Activo Financeiro:** Neste indicador pretende-se mensurar o peso dos Activos de Negociação no Activo Financeiro. Em 2010, Activo de Negociação é composto pelo somatório das seguintes rubricas; Activo Financeiro para Negociação, Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultado e por último, Activos Financeiro disponíveis para Venda. Em 1999 o Activo de Negociação (Aplicações em Títulos) é composto pelo somatório das rubricas do Rendimento Fixo e do Rendimentos Variável

**Taxa de Crescimento do Crédito Cliente<sup>5</sup>: (Crédito Cliente (ano em estudo, N) /Crédito Cliente (N-2)) – 1:** O presente indicador permite quantificar em termos percentuais o crescimento/redução da concessão do crédito no período definido. Para o cálculo da taxa de crescimento, foi utilizada a expressão supra citada: (Crédito Cliente (ano em estudo, N) /Crédito Cliente (N-2)) – 1.

---

<sup>5</sup> Na análise 1997-1999, o Banco Santander não apresentava valores em 1997, pelo que se efetuou a taxa de crescimento 1998-1999 e multiplicou-se por 2, tendo em conta ao contexto expansionista do período. Registou-se o mesmo com o Banco BIC, na análise 2008-2010, porém, utilizou-se somente a taxa do crescimento do 2009-2010.

**Quota de Mercado (Crédito Cliente):** Crédito Cliente/ Volume Total de Crédito Concedido a Clientes de todos os bancos na base da APB: Este indicador dá a informação dos bancos que detêm maior volume de crédito concedido aos clientes face ao volume total de crédito concedido aos clientes no sistema financeiro nacional.

Para efeitos discretivos foi calculada a média ponderada dos indicadores dos bancos comerciais que operam na esfera do mercado nacional, sendo o fator ponderador o Activo Líquido, que permite desta forma apurar as diferenças com o rigor necessário.

Por outro lado, não foram inseridas as variáveis quota de mercado nos depósitos e crescimento dos depósitos porque estas variáveis apresentam uma grande correlação com as correspondentes variáveis de crédito. Serão analisados dois períodos de referência. Sendo o primeiro, no ano 1999 que corresponde ao período crescimento no sistema bancário e o segundo em 2010 que corresponde a crise. As variáveis utilizadas foram as mesmas em ambos períodos.

### **Análise de Clusters**

A análise de Clusters é um procedimento multivariado que serve para detectar grupos homogêneos nos dados, podendo os grupos ser constituídos por variáveis ou por casos. Preconiza uma série de procedimentos estatísticos sofisticados que podem ser usados para classificar objetos e pessoas por observação das semelhanças e dissemelhanças entre elas. Após a recolha da informação, é organizada em grupos relativamente homogêneos (Clusters). Os métodos utilizados nesta análise são exploratórios e têm por finalidade a geração de hipóteses, cujos resultados serão posteriormente validados por aplicação de outros métodos estatísticos.

### **Descrição do Método de Análise de Clusters**

De forma concisa, o método da análise de Clusters pode ser descrito do seguinte modo: dado um conjunto de  $n$  indivíduos para os quais existe informação sobre a forma de  $p$  variáveis, o método agrupa os indivíduos em função da informação existente, de modo que os indivíduos de um grupo sejam tão semelhantes quanto possível e sempre mais semelhantes, aos elementos do mesmo grupo do que a elementos dos restantes grupos. A seleção das variáveis de partida, caracterizadoras de cada indivíduo, deve ser cuidada. Nesta análise não deverá existir correlação muito elevada entre as variáveis.

A presente análise contempla genericamente, cinco etapas:

1. Seleção de indivíduos ou de uma amostra de indivíduos a serem agrupados;
2. Definição do conjunto de variáveis a partir das quais será obtida a informação necessária ao agrupamento de indivíduos;
3. Definição de uma medida de semelhança ou distância entre cada dois indivíduos;
4. A escolha de um critério de agregação ou desagregação dos indivíduos; Definição de um algoritmo de classificação;
5. Validação dos resultados encontrados

Deve-se proceder à estandardização prévia das variáveis de forma a anular o efeito do peso das variáveis que apresentam maiores valores e maior dispersão. Uma vez conhecida a média e o desvio padrão das variáveis, o processo de estandardização consiste na transformação em novas variáveis com média nula e o desvio padrão unitário. Após a estandardização, é atribuído o mesmo peso a todas as variáveis.

### **Métodos de Análise de Clusters**

Na aplicação do método, é necessário identificar a técnica mais apropriada. As técnicas disponíveis dividem-se nos seguintes grupos:

- 1 – Técnicas Hierárquicas
- 2 – Técnicas de Otimização
- 3 – Técnicas de Densidade
- 4 – Outras técnicas: que incluem aquelas em que se permite que haja sobreposição dos grupos (fuzzy clusters) e todas as restantes que não foram incluídas nas anteriormente definidas.

Atendendo à natureza contínua dos dados, o método de análise de cluster utilizado no presente estudo é o Método Hierárquico, que consiste na construção de uma matriz de semelhança ou diferenças, em que cada elemento da matriz descreve o grau de semelhança ou diferença entre cada dois casos, com base nas variáveis escolhidas. O objetivo consiste em obter uma hierarquia de partições  $P_1, P_2, \dots, P_n$  do conjunto total dos  $n$  objetos em  $n$  grupos.

### **Medidas de Distância ou Dissemelhança entre os elementos de uma matriz de dados**

Os índices de (dis) semelhança mais comumente utilizados podem ser classificados em quatro categoria (Aldenderfer e Blashfield, 1985).

- Coeficiente de correlação
- Medidas de distâncias
- Coeficientes de associação
- Medidas de semelhança probabilística

Para o presente estudo, foi utilizado a medida de distância, designadamente Quadrado da Distância Euclidiana, porque é o índice que mais se justifica ao estudo desenvolvido. Consiste no seguinte: a distância entre dois pontos (i e j) é definida como o somatório dos quadrados das diferenças entre os valores de i e j para todas as variáveis (v= 1, 2, ..., p)

Quadrado da Distância Euclidiana 1

$$d_{ij}^2 = \sum_{v=1}^p (X_{iv} - X_{jv})^2$$

O método hierárquico permite apresentar os resultados sob a forma de dendrograma e os critérios mais conhecidos para agregar e desagregar os indivíduos são: Critério do Centróide ou Centroid Method, Critério do Vizinho mais próximo ou Single-Linkage Method e o Critério do Vizinho mais afastado ou CompleteLinkage Method. Pretende-se com estes critérios inferir sobre: distância entre indivíduos do mesmo grupo e distância entre indivíduos de grupos diferentes; a dispersão dos indivíduos dentro do grupo e a densidade dos indivíduos dentro e fora dos grupos.

O critério escolhido no presente estudo é o Critério do vizinho mais afastado: utiliza o procedimento da distância entre dois grupos como sendo a distância entre os seus elementos mais afastados ou menos semelhantes. De acordo com essa diretriz cada grupo passa a ser definido como um conjunto de elementos em que cada um é mais semelhante a todos os restantes elementos do grupo do que a qualquer dos elementos dos restantes grupos. O presente método tem a tendência para encontrar clusters compactos compostos de indivíduos muito semelhantes entre si. Embora os resultados da aplicação deste método dêem uma visão mais nítida dos diferentes grupos encontrados, nem sempre apresenta um elevado grau de concordância com a estrutura inicial. A razão que nos levou a escolher este critério foi exatamente o facto de permitir a delimitação mais nítida dos clusters, para além de ser um dos mais comumente usados.

## **5. Caracterização dos Bancos usando os rácios escolhidos**

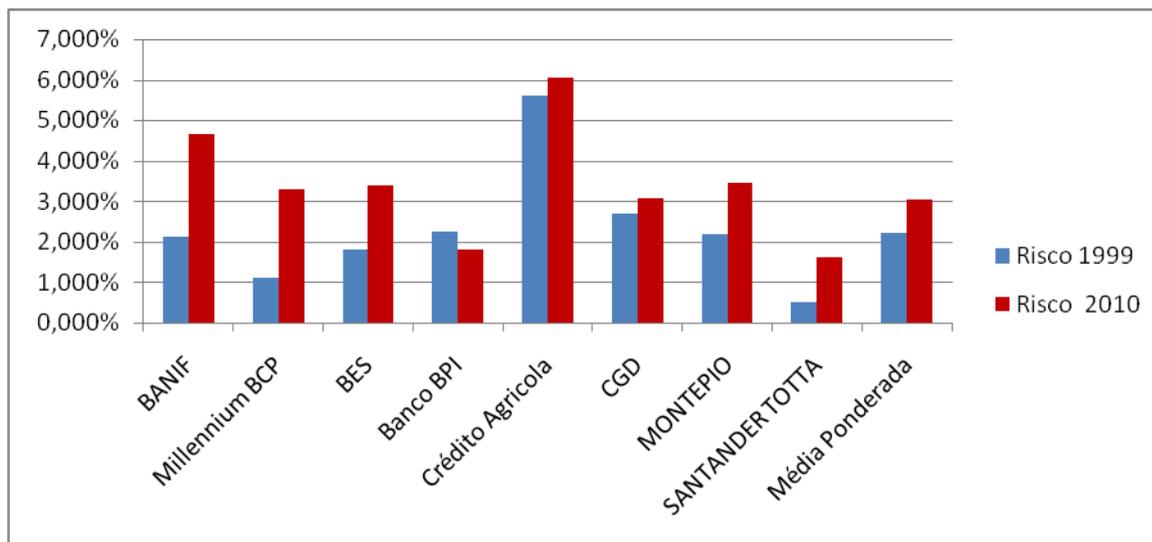
### **Evolução dos Rácios dos Principais Bancos de 1999 a 2010**

Nesta secção, procede-se à análise da evolução dos indicadores dos principais bancos do sistema financeiro português que estiveram presentes nas análises do ano 1999 e do ano 2010, nomeadamente; Banco Banif, Millennium BCP, Banco Espírito Santo, Banco BPI, Crédito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos, Montepio Geral e Santander Totta. De igual modo, foi inserida a média ponderada dos bancos comerciais que operam na esfera do mercado nacional, sendo o fator ponderador o Activo Líquido, que permite desta forma apurar as diferenças com o rigor necessário.

### **Rácio Risco: Provisão de Crédito Cliente/Crédito Cliente**

Este rácio relaciona a rubrica Provisão de Crédito com Crédito a Clientes. Permite mensurar o perfil do risco assumido por cada instituição. O foco da presente análise incide-se nas instituições que apresentam maior preponderância no sistema financeiro nacional. No estudo de 1999 constata-se que a Caixa Geral de Depósitos e Crédito Agrícola foram os bancos que apresentaram valores expressivos (2,691% e 5,615% respectivamente) acima da média ponderada (2,208%). Os demais bancos registaram valores relativamente próximos, porém Millennium BCP (outrora BCP) e Santander Totta (outrora Santander) registaram indicadores de risco mais baixos (1,115% e 0,512% respectivamente). Em 2010, denota-se alterações assinaláveis, uma vez que se registou uma relativa homogeneização do indicador de risco entre o Millennium BCP, BES e CGD (3,279%, 3,378% e 3,088% respectivamente) e que posicionam-se acima da média ponderada (3,033%). Contudo, importa frisar que o Millennium BCP registou um aumento de 2,165 pontos percentuais ao par do Banif que registou o maior aumento na ordem de 2,527 em pontos percentuais. Neste cenário, o Crédito Agrícola (6,048%) e Banif (4,647%) apresentam maiores indicadores contrastando com o Banco BPI e Santander Totta que apresentam os indicadores inferiores (1,810% e 1,609% respectivamente) à média ponderada (3,033%).

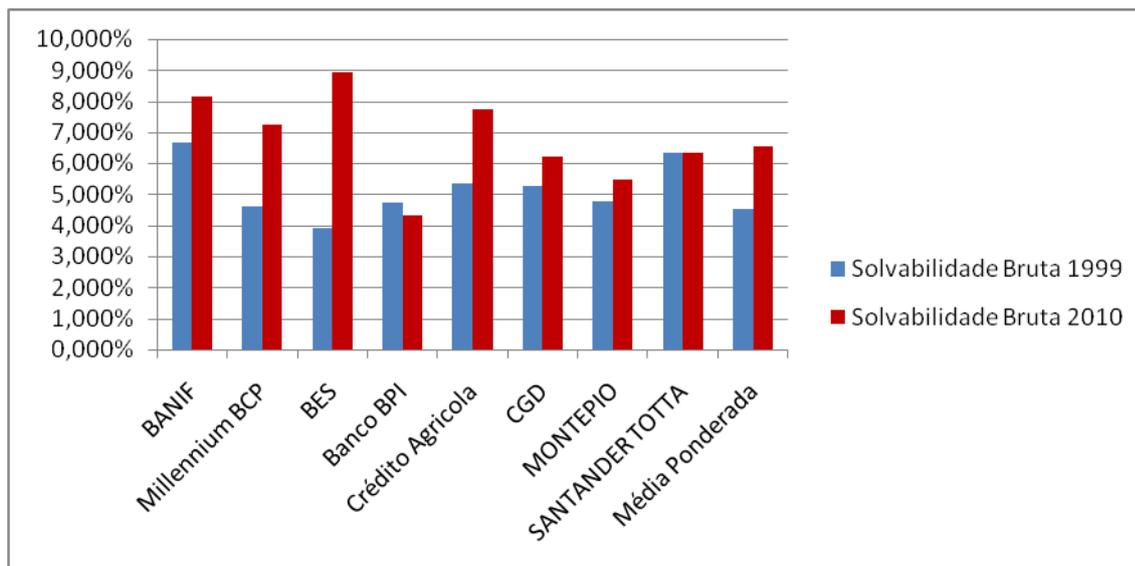
Tabela 1 – Evolução da variável Risco 1999-2010



### Solvabilidade Bruta: Capital Próprio/Activo Líquido

Relação entre o Capital Próprio e o Activo Líquido. Trata-se de um dos principais indicadores da gestão bancária por colocar em evidência a estrutura financeira dos bancos. Corresponde a parte do Activo Líquido que está coberta pelo Capital Próprio. De entre os maiores bancos em 1999, a CGD afigura o maior indicador de solvabilidade (5,269%), seguido por BCP (4,628%) ambos acima da média ponderada (4,539%), segue-se o BES (3,927%) e o Banco BPI (4,742%), importa realçar que o valor obtido pela CGD é razoável e aceitável, atendendo aos pressupostos preconizados pelo Banco Público. Os demais bancos obtiveram indicadores acima da média, destacando-se o Banif com o maior índice solvabilidade bruta na ordem de 6,671%. Constata-se em 2010, uma tendência de aumento para todos os bancos analisados, porém destacam-se; BES, Millennium BCP e Crédito Agrícola com os respectivos valores incrementados em pontos percentuais (5,010; 2,619 e 2,397). A CGD regista um aumento na ordem de 0,960 pontos percentuais, porém posiciona-se abaixo da média ponderada (6,560%) e dos principais concorrentes. Importa referir que esta alteração é fruto do aumento do Capital Próprio e do aumento do Activo Líquido de forma assimétrica, que consequentemente melhora substancialmente a sanidade financeira dos respectivos bancos.

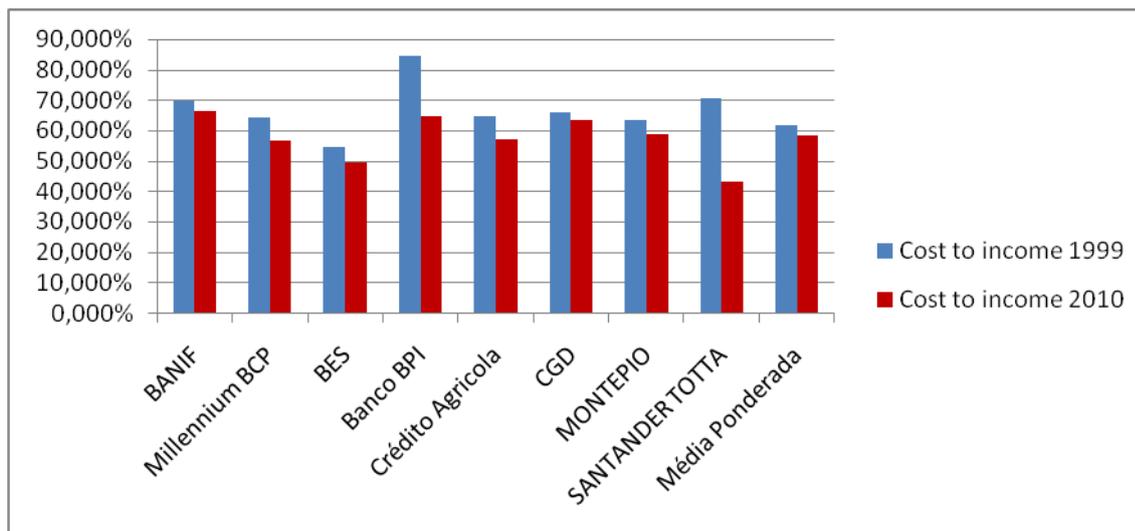
Tabela 2 - Evolução da variável Solvabilidade Bruta 1999-2010



**Cost-to-Income: Custos Funcionamento/Produto Bancário:** Este rácio mede a parte da riqueza gerada (Produto Bancário) que é absorvida pelos custos de funcionamento, traduzindo a relevância dos custos no produto.

Regista-se em 1999 uma certa homogeneização dos valores obtidos pelas principais instituições, sendo que a CGD apresenta o indicador de absorção dos custos de funcionamento na ordem de 66%, por sua vez BCP, Montepio, Crédito Agrícola apresentam 64% e por último BES evidência cerca de 55% e abaixo da média ponderada (61,857%). Denota-se uma diminuição assinalável em 2010 em todos os bancos. Contudo torna-se pertinente elucidar que a força motora que conduziu para a essa diminuição, foi o aumento do Produto Bancário face ao desigual aumento dos Custos de Funcionamento, pelo que se traduz numa melhoria relativa de eficiência. Em termos gerais, o Santander Totta registou a maior diminuição, na ordem de 27,715 pontos percentuais seguido pelo Banco BPI, Millennium BCP e Crédito Agrícola com as respectivas diminuições; 19,928; 7,462 e 7,318 pontos percentuais. A CGD por sua vez obteve uma diminuição marginal de 2,313 pontos percentuais, contudo apresenta um dos maiores indicadores, que contrasta com o Santander Totta que apresenta o indicador mais baixo (42,940%). A CGD como banco público não se apresenta eficiente em termos de custos.

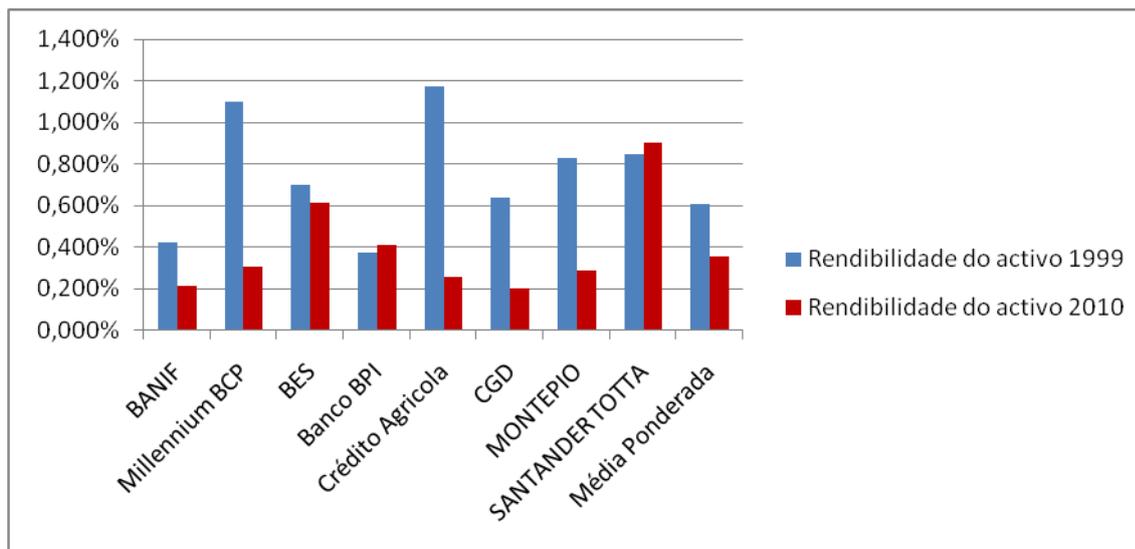
Tabela 3 - Evolução da variável *Cost-to-Income* 1999-2010



### Rentabilidade do Activo: Resultado Líquido/Activo Líquido

No panorama das maiores instituições bancárias em 1999, destacam-se o BCP apresentando um ROA de 1,09% seguido por BES com 0,69%. A Caixa Geral de Depósitos apresenta 0,634% ligeiramente acima da média ponderada (0,607%). Valor obtido é de certo modo expectável e consentâneo com as características de um banco público, uma vez que não procura a maximização dos lucros. Destacam-se no entanto, Crédito Agrícola com 1,17%, Santander (0,84%) e Montepio (0,825%) com indicadores interessantes. Em 2010, denota-se uma tendência considerável decrescente em todos os bancos, excepto o Santander Totta. Esta diminuição deve-se principalmente ao facto da realização do reforço dos Activos pelas instituições bancárias e pelo crescimento desproporcional dos Resultados Líquidos obtidos em circunstâncias da crise que estava presente na época. É pertinente destacar a diminuição apresentada pelo Crédito Agrícola (na ordem de 0,924 pontos percentuais) e Millennium BCP (0,797 pontos percentuais). A CGD apresenta uma diminuição de 0,435 pontos percentuais e posiciona-se no presente rácio de 2010 abaixo da média ponderada e dos demais concorrentes.

Tabela 4 - Evolução da variável Rendibilidade do Activo 1999-2010

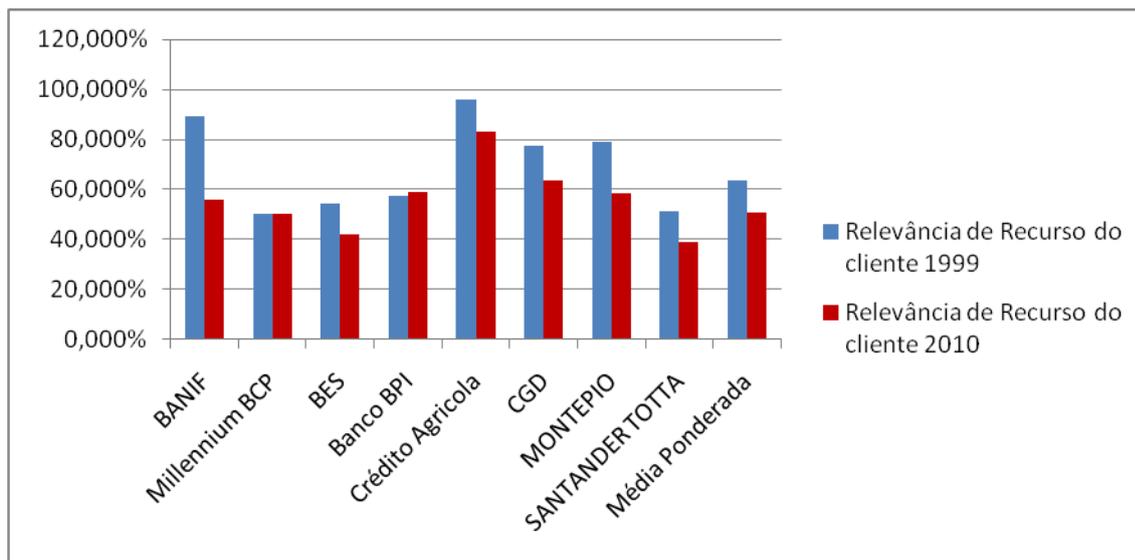


### Relevância do Recurso do Cliente: Recurso cliente/Passivo Financeiro

Dentre os maiores bancos em 1999, a Caixa Geral de Depósitos evidência maior importância dos recursos dos clientes como fonte de financiamento na ordem de 77,45. Segue-se o BES com 54,16% e BCP 50,31%, No presente rácio, Crédito Agrícola apresenta 95,81%, distanciando-se e do Montepio 79,05% evidenciando maior preponderância da Relevância do Recurso do Cliente no Passivo Financeiro.

Os resultados obtidos em 2010 indicam uma notável diminuição da Relevância do Recurso do Cliente, não sendo tão considerável no Millennium BCP. Esta diminuição deve-se em suma, ao facto de se registar um aumento notável do Passivo Financeiro pelo que foi desproporcional ao aumento obtido na rubrica dos Recursos de Cliente. Banif apresenta a maior diminuição (na ordem de 33,332 pontos percentuais) ao passo que o Millennium BCP e o Banco BPI registaram uma diminuição marginal de 0,228 e 1.694 pontos percentuais respectivamente. A CGD, não foge à tendência e evidencia a diminuição na ordem de 13,680 pontos percentuais e coloca-se em 2010 acima dos principais concorrentes. Por outro lado os bancos mutualistas (Crédito Agrícola e Montepio) registaram indicadores acima da média ponderada e o Santander Totta afigura o indicador o menor indicador e posiciona-se consequentemente abaixo da média ponderada.

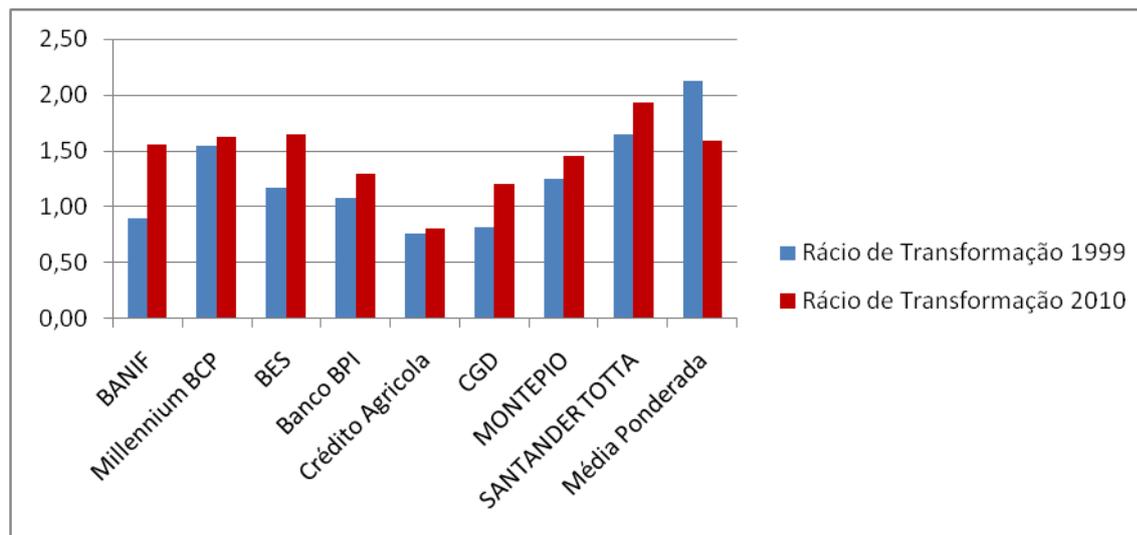
Tabela 5 - Evolução da variável Relevância de Recurso do Cliente 1999-2010



### Rácio de Transformação: Crédito a Cliente/ Recurso de Cliente

Regista-se em 1999, que apesar da Caixa Geral de Depósitos deter o maior volume tanto do Crédito como do Depósito apresenta o rácio de transformação (0,814) ligeiramente inferior aos demais concorrentes diretos; BCP (1,550) e BES (1,171). Embora com volumes relativamente inferiores aos demais bancos supra citados, Santander destaca-se apresentando o valor mais elevado na ordem de 1,647. Constata-se em 2010 um ligeiro aumento do rácio de transformação em todos os bancos. O presente aumento consubstancia-se pelo aumento de ambas as rubricas (Crédito a Cliente e Recurso de Cliente), porém, o aumento da rubrica de Crédito a Cliente foi superior ao do Recurso de Cliente. O maior aumento foi preconizado pelo Banif, na ordem de 0,66, seguido pelo BES com 0,48 em contraste está Crédito Agrícola com o menor aumento, na ordem de 0,05. A CGD apresenta um aumento de 0,40. Denota-se que o indicador da média ponderada evidencia o comportamento oposto face aos bancos em análise, tal diferença justifica-se pelo comportamento dos demais bancos que compõem o sistema bancário nacional.

Tabela 6 - Evolução da variável Transformação 1999-2010

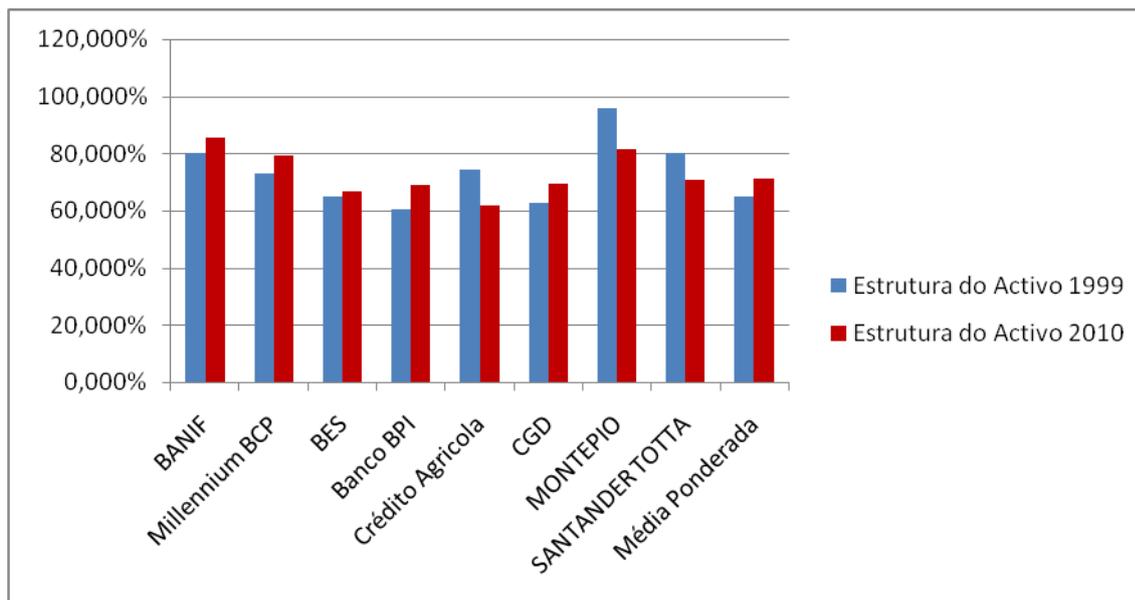


### Estrutura do Activo: Crédito a cliente/ Activo Financeiro

No panorama dos maiores Bancos, o BCP apresenta maior peso do Crédito a Cliente sobre o Activo Financeiro, na ordem de 73,056%, seguido pelo BES com 65,147% e Caixa Geral de Depósitos (62,652%), pelo que se traduz num peso preponderante do crédito no Activo financeiro. Neste contexto, atendendo às características intrínsecas ao banco público, é importante frisar que o valor obtido no presente rácio (CGD) fica aquém do expectável uma vez que denota alguma orientação na afetação dos recursos do ativo noutros domínios. Importa referir que os bancos mutualistas, Montepio (95,889%) e Crédito Agrícola (74,201%) registaram os indicadores mais elevados, ao par dos bancos comerciais Banif (80,297%) e Santander (79,985%).

A evolução do presente rácio ao longo da década foi relativamente díspar para os bancos em análise. Isto porque, Millennium BCP, BES, Banco BPI, CGD e Banif apresentam valores que evidenciam o aumento do Rácio de Estrutura do Activo de 2010 face a 1999 ao passo que Crédito Agrícola, Montepio e Santander Totta posicionam-se no sentido contrário, registando diminuições do Rácio de Estrutura do Activo de 2010 face a 1999.

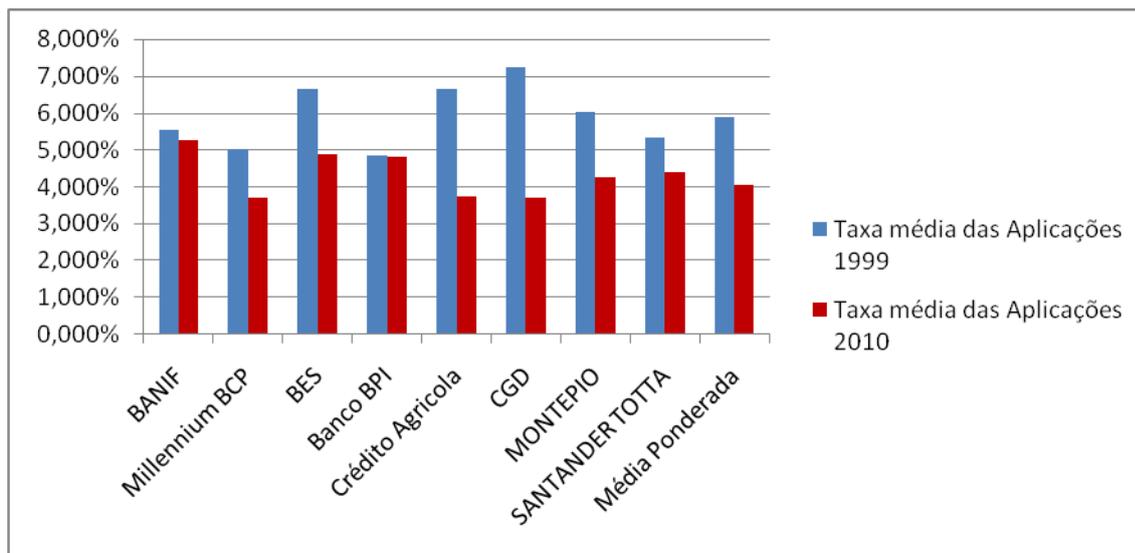
Tabela 7 - Evolução da variável Estrutura do Activo 1999-2010



### Taxa média das aplicações: Juros e Proveitos Equiparados/Activo Financeiro

No presente rácio de 1999, CGD afigura a maior Taxa Média das Aplicações face aos concorrentes com cerca de 7,245% ao passo que o BES obteve 6,665%, BCP 5,030% e o Banco BPI cerca de 4,851% abaixo da média ponderada (5,902%). O valor obtido pela CGD posiciona-se acima do expectável, uma vez que por ser um banco público, esperava-se uma taxa média das aplicações inferior. Denota-se uma tendência decrescente expressiva em 2010, por consequência da diminuição do indexante Euribor aliado de certo modo com as políticas internas dos bancos. Neste cenário, a CGD, Crédito Agrícola e Millennium BCP apresentam valores relativamente homogéneos na ordem de 3,7% e posicionam-se abaixo da média ponderada, ao passo que os demais bancos afiguram indicadores acima da média, com destaque para o Banif (5,252%).

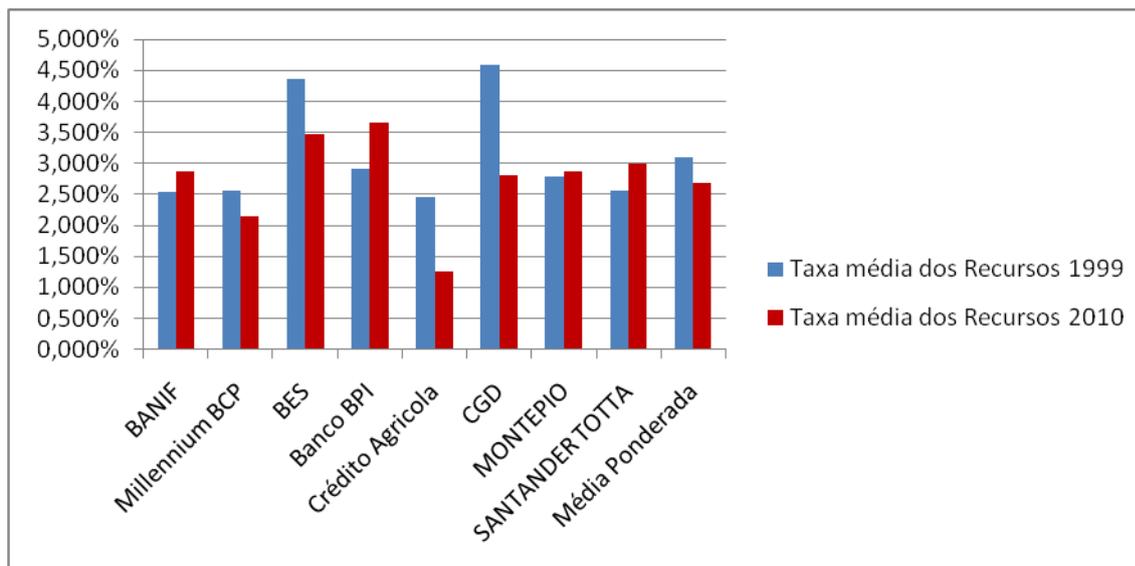
Tabela 8 - Evolução da variável Taxa média das Aplicações 1999-2010



### Taxa média dos Recursos: Juros e Custos Equiparados/ Passivo Financeiro

Dentre os maiores bancos em 1999, CGD apresenta a maior Taxa Média dos Recursos na ordem de 4,583%, seguido pelo BES 4,359% e pelo BCP com 2,553%. Os bancos; Montepio, Santander, Banif e Crédito Agrícola, apresentam valores muito próximos, 2,769%, 2,555%, 2,527% e 2,461% respectivamente. A evolução do presente rácio ao longo da década foi relativamente desigual para os bancos em análise, tendo em conta que se registou uma tendência crescente nos bancos; Banif, Millennium BCP, Banco BPI, Montepio e Santander Totta e os bancos; BES, Crédito Agrícola, CGD apresentaram uma tendência decrescente. Importa realçar que o indicador da média ponderada também afigura a tendência crescente. Crédito Agrícola e Millennium BCP foram os únicos que apresentaram indicadores abaixo da média ponderada, tendo os demais bancos apresentados indicadores relativamente próximos.

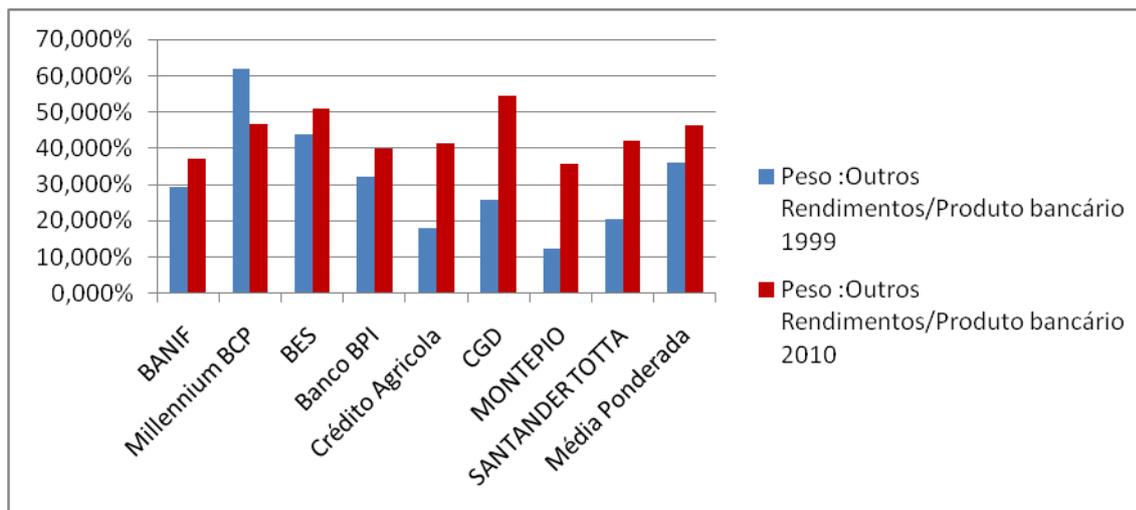
Tabela 9 - Evolução da variável Taxa média dos Recursos 1999-2010



### Rácio: Outros Rendimentos/Produto Bancário

No panorama das instituições de maior relevo do sistema financeiro nacional em 1999, destaca-se o BCP com cerca de 61,915% do peso dos Outros Rendimentos no Produto Bancário, seguido pelo BES com 43,908% e pela CGD 25,853%. Importa realçar que os bancos mutualistas apresentaram os indicadores mais baixos. O valor obtido pela CGD é aceitável e razoável, atendendo as características do banco, uma vez que demonstra a orientação no exercício operacional e o foco na exploração da principal sua atividade (captação de depósitos e concessão de crédito). Constata-se pelos resultados obtidos em 2010 que a maior parte dos bancos (excepto Millennium BCP) registaram uma tendência crescente de aumento do peso de Outros Resultados no Produto Bancário. Este resultado demonstra que os bancos diversificaram as suas actividades e a rubrica de Outros Rendimentos assume cada vez mais um item preponderante para o Resultado Líquido dos bancos. É importante realçar que a CGD registou o maior aumento, na ordem de 28,484 pontos percentuais seguido pelo Montepio e Crédito Agrícola pela respectiva ordem de grandeza; 23,521 e 23,721 pontos percentuais. Por outro lado, Millennium BCP registou uma diminuição (na ordem de 15,424 pontos percentuais) do peso de Outros Resultados no Produto Bancário porque se assinalou, uma notável diminuição em 2010 da rubrica de Outros Rendimentos face ao Produto Bancário.

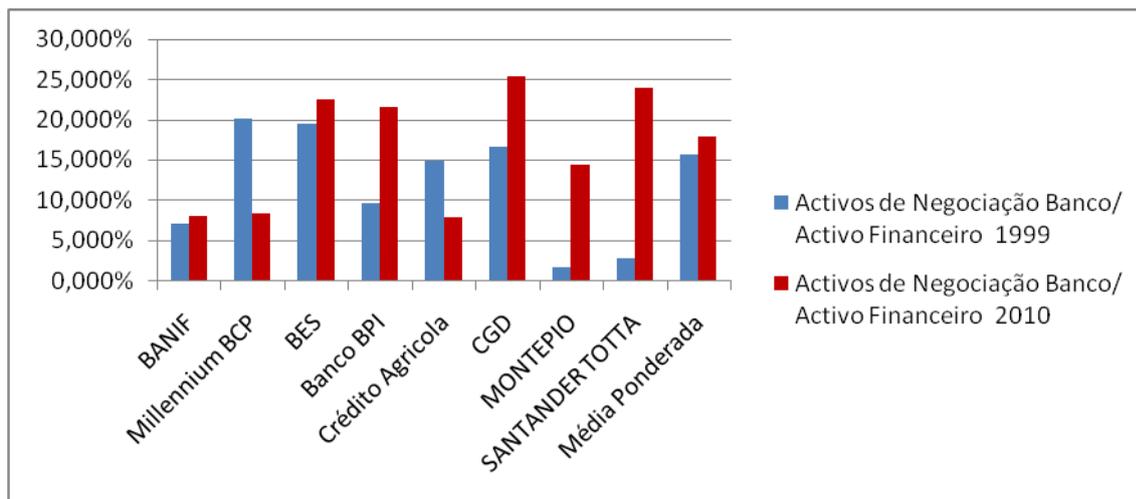
Tabela 10 - Evolução da variável Peso Outros Rendimentos sobre Produto Bancário 1999-2010



### Rácio: Activos Negociação /Activo Financeiro

A Caixa Geral de Depósitos apresenta em 1999 cerca de 16,625% das Aplicação em Títulos sobre o Activo Financeiro, um valor considerável e razoável para com os pressupostos preconizados pelo banco público, uma vez que não evidencia o desfoque na sua principal atividade (captação de depósitos e concessão de crédito). BES apresenta cerca de 19,541%, BCP 20,172%, Crédito Agrícola 14,920% e por último, Montepio com cerca de 1,541%. Ao longo do período em análise, os bancos comportaram-se de formas distintas. O Millennium BCP e Crédito Agrícola registaram uma diminuição considerável dos Activos de Negociação sobre o Activo Financeiro de 1999 á 2010 na respectiva ordem de grandeza; 11,923 e 7,131 pontos percentuais. Em contra ponto, os bancos que aumentaram o peso dos Activos de Negociação no Activo Financeiro são; Banif, BES, CGD, Montepio e Santander Totta. Importa salientar que o Santander Totta e Montepio registaram maior aumento (21,192 e 12,816 pontos percentuais respectivamente). A CGD assinala um aumento de 8,668 pontos percentuais e detém em 2010 o maior peso do Activo de Negociação no Activo Financeiro.

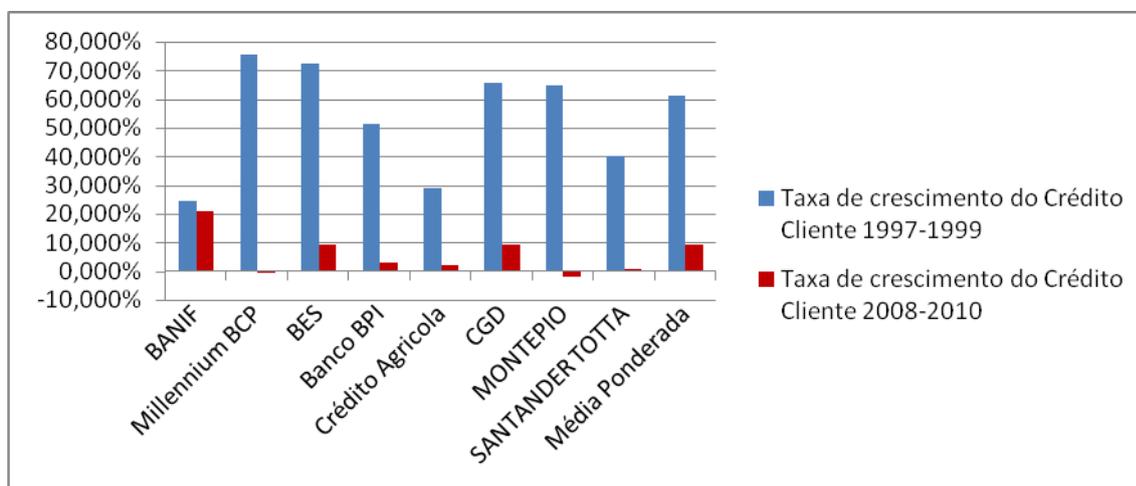
Tabela 11 - Evolução da variável Activos de Negociação sobre Activo Financeiro 1999-2010



### Taxa de Crescimento do Crédito Cliente

O presente indicador permite quantificar em termos percentuais o crescimento/redução da concessão do crédito nos períodos definidos (1997 á 1999 e 2008 á 2010). A Caixa Geral de Depósitos, Banco Espírito Santo e Banco Comercial Português, registaram em 1999 maiores taxa de crescimento do crédito a cliente, na ordem de 65,864%, 72,282% e 75,578% respectivamente. Conforme o gráfico abaixo, é notável uma abismal diminuição da taxa de crescimento do crédito em todos os bancos para 2010. Tendo o Millennium registado a maior quebra, na ordem de 75,884 pontos percentuais, seguido pelo Montepio com 66,811 pontos percentuais e o BES com 63,135 pontos percentuais. Porém, Banif é o único banco onde a queda foi ligeira na ordem de 3,518%. A CGD apresenta uma diminuição na ordem de 56,715 pontos percentuais e posiciona-se em 2012 com a taxa de crescimento acima dos principais concorrentes, tal como seria de esperar de um banco público.

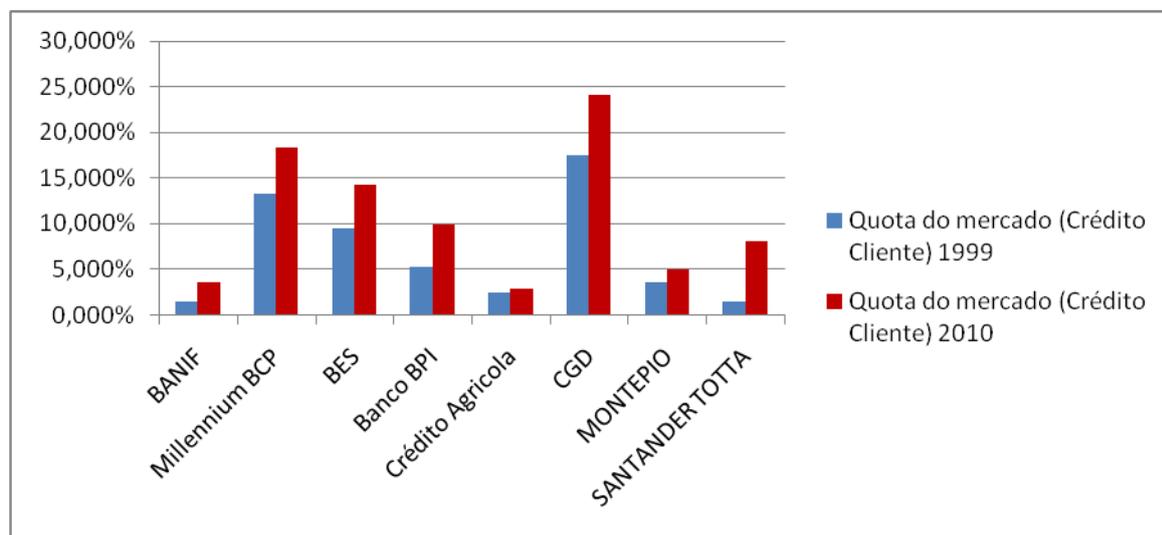
Tabela 12 - Evolução da variável Taxa de Crescimento do Crédito



### Quota de Mercado (Crédito Cliente): Crédito Cliente/ Volume Total de Crédito Concedido a Cliente

. Em 1999, a Caixa Geral de Depósitos assume com relativa preponderância a liderança na concessão do crédito, por deter a maior quota do mercado na ordem dos 17,399%, valor expectável face a sua especificidade como banco público. Segue-se o BCP com 13,179%, BES com 14,24%, Banco BPI com 5,256% e os bancos mutualistas, Montepio com 3,454% e Crédito Agrícola com 2,341%. Regista-se em 2010, em traços gerais, e um aumento da quota de mercado (crédito) nas respectivas instituições bancárias, por consequência do aumento da concentração das instituições bancárias aliados a outros fatores inerentes a conjuntura económico-financeira dos bancos. A CGD obteve um incremento de 6,752 pontos percentuais e consolida o seu posicionamento como líder na concessão de crédito no panorama nacional. Destaque positivo para Santander Totta por conseguir obter um incremento de quota de mercado na ordem de 6,671 pontos percentuais, outorgando um passa firme no seu posicionamento no sistema financeiro nacional.

Tabela 13 - Evolução da variável Quota de Mercado 1999-2010



### Síntese

De forma sucinta, denota-se que a CGD apresenta indicadores de risco, solvabilidade bruta e de *Cost-to-Income* dentro dos parâmetros expectáveis que caracterizam o banco público, porém, apresenta indicadores elevados na variável de peso de outros rendimentos sobre o produto bancário e na variável, activos de negociação sobre ativo financeiro. Estes resultados consubstanciam com a política estratégica de universalização e diversificação definidas pela lei orgânica e pela e da consequente integração na Comunidade Económica Europeia. A CGD

registou igualmente um ajustamento da taxa média das aplicações, aproximando-se dos indicadores dos principais concorrentes e apresentou uma rendibilidade do ativo razoável, atendendo ao contexto da crise. Denota-se que a CGD não apresenta a maior taxa de crescimento no período de expansão, porém apresenta a maior taxa de crescimento do crédito no período de crise, pelo que coaduna com os propósitos do banco público, que não procuram proactivamente oportunidades de crédito em fases de expansão do ciclo económico e não diminuem drasticamente a concessão de crédito em fases de recessão do ciclo económico (o que se verifica na actuação dos bancos privado. Contudo, atendendo ao indicador apresentado pelo BES, fica a ideia de que a CGD poderia apresentar uma taxa de crescimento do crédito ainda mais expressiva.

## 6. Resultado Obtido

### Composição dos Clusters

Após ao estrito cumprimento da metodologia descrita anteriormente, com o auxílio pelo software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) obteve-se os seguintes resultados. A estatística descritiva das variáveis usadas para o ano 1999~e 2010 respectivamente no Anexo-Dados Relativos ao 1999-Tabela 1 e Anexo-Dados Relativos ao 2010-Tabela 1.

Segundo o critério de agregação definido para composição dos clusters 1999<sup>6</sup> e atendendo às características das variáveis, apresenta-se como resultado mais adequado e plausível a formação de 5 clusters porque foi onde se registou o salto mais significativo (incremento) do coeficiente de distância. Conforme a tabela Anexo-Dados Relativos ao 1999-Tabela 2 **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**em anexo.

Tabela 14- Composição dos Clusters 1997-1999

Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4	Cluster 5
BANIF	BANCO BPI	Barclays	BPN	FINANTIA
BBV	BCP			
BCA	BIC			
BES	BNP			
BNC	BNU			
CCCAM	BPA			
CGD	BPSM			
FINIBANCO	BTA			

<sup>6</sup> O banco Itaú foi retirado por ser um outlier no rácio de transformação.

---

MELLO	CPP
	MONTEPIO
	SANTANDER

---

O Cluster 1, comporta banco público (CGD) e alguns bancos comerciais; Banif, BBV, BCA, BES, BNC, CCCAM, Finibanco e Mello). Por sua vez o Cluster 2 está composto por bancos comerciais (Banco BPI, BCP, BIC, BNP, BNU, BPA, BPSM, BTA, Santander e CPP) e pelos Bancos mutualistas (Montepio e Crédito Agrícola). Cluster 3 está constituído apenas pelo banco Barclays. Cluster 4 está exclusivamente constituído pelo banco BNP e o Cluster 5 composto pelo banco Finantia. Os bancos Barclays, BNP e Finantia têm um comportamento consideravelmente diferente dos outros.

A semelhança do critério utilizado no ano 1999, e atendendo às características das variáveis, apresenta-se como resultado mais adequado e plausível a formação de 6 clusters para o ano 2010, porque foi onde se registou o salto mais significativo (incremento) do coeficiente de distância. Conforme a tabela

Anexo-Dados Relativos ao 2010-Tabela **2** **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**em anexo.

Tabela 15 - Composição dos Clusters 2008-2010

---

Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4	Cluster 5	Cluster 6
Banco BPI	Finantia	Banif	Banco BIC	Itaú	Fortis
BES	Invest	Crédito Agrícola	Barclays		
CGD		Finibanco	BBVA		
Millennium BCP		Montepio	BNP		
Santander Totta			Deutsche Bank		
			Popular		

---

Cluster 1 está constituído pelas instituições bancárias de maior relevo no tecido bancário nacional, nomeadamente; Banco BPI, BES, CGD, Millennium BCP e Santander Totta. Cluster 3 comporta os bancos mutualistas Crédito Agrícola e Montepio, dois bancos comerciais; Finibanco e Banif. De referir que o Finibanco é propriedade do Montepio. O

Cluster 4 está composto pelo Banco BIC e os bancos estrangeiros, designadamente; Barclays, BBVA, BNP, Deutsche Bank e Popular.

### **Síntese**

Durante o período em análise (1997 a 2010) registou-se diversas transformações no sistema nacional bancário, de entre as quais destacam-se fusões, aquisições, extinções e entrada de novos operadores bancários. Estas operações tiveram grandes impactos no tecido bancário nacional, que são perceptíveis através da composição dos Clusters descritos anteriormente. Denota-se diferenças assinaláveis entre a composição dos clusters do período 1997-1999 face ao período 2008-2010. Porém, a base de imputação dos dados (as variáveis) foram escrupulosamente iguais nos dois períodos de forma a garantir a consistência e a coerência necessária para se efetuar a comparação dos demais bancos que permaneceram ao longo do período em estudo.

De forma sucinta, foram formados 2 grandes clusters no período 1997-1999; Cluster 1, que comporta banco público (Caixa Geral de Depósitos) e alguns bancos comerciais. A Caixa surge como um dos gigantes deste cluster. O Cluster 2 está composto por bancos comerciais de maior dimensão e pelo banco mutualista. Não obstante que alguns bancos comerciais estejam inseridos no Cluster 1. A presente composição demonstra que a política financeira adotada na época aponta para uma certa separação entre bancos de caris linearmente comercial (cluster 2) e bancos que têm características menos agressivas (cluster 1). Verifica-se também que em 1999 os grandes bancos estavam dispersos por 2 clusters.

No período 2010, registou-se a formação de 3 principais clusters; Cluster 1 (onde estão inseridos os principais bancos do sistema bancário nacional); Cluster 3 (composto pelos bancos mutualistas e dois bancos comerciais de média dimensão) e por fim pelo Cluster 4 (constituído pelos bancos comerciais estrangeiros e um banco comercial nacional). Este arranjo de agrupamento demarca de forma elucidativa as orientações operacionais e estratégicas definidas pelos bancos que os compõe.

A Caixa Geral de Depósitos esteve inicialmente inserida no período 1997-1999 no cluster 1. Neste mesmo período segundo os dados obtidos na matriz de aproximação, a CGD apresenta o perfil mais próximo do BES e do BPSM, porém apresenta uma distância considerável face aos bancos, CCCAM, Montepio e BCP (Ver Anexo-Dados Relativos ao 1999-Tabela 6).

Uma década depois, nomeadamente no período de 2008-2010, a CGD apresenta-se no Cluster 1, associado ao Banco BPI, BES, Millennium BCP e Santander Totta. Denota-se alterações significativas tanto do lado da composição do cluster onde se inseriu como na matriz de aproximação. Uma vez que a CGD, afigura maior proximidade de perfil com o Millennium BCP, BES, Banco BPI e Montepio. Por outro lado, mantém-se uma distância considerável face ao CCAM (ver

#### Anexo-Dados Relativos ao 2010-Tabela 6)

A alteração de cluster parece indicar uma certa mudança do comportamento da Caixa Geral de Depósitos registada ao longo do período em estudo, que evidencia o foco na atividade concorrencial com menos ênfase nos pressupostos que consubstanciam a atividade operacional de um banco público.

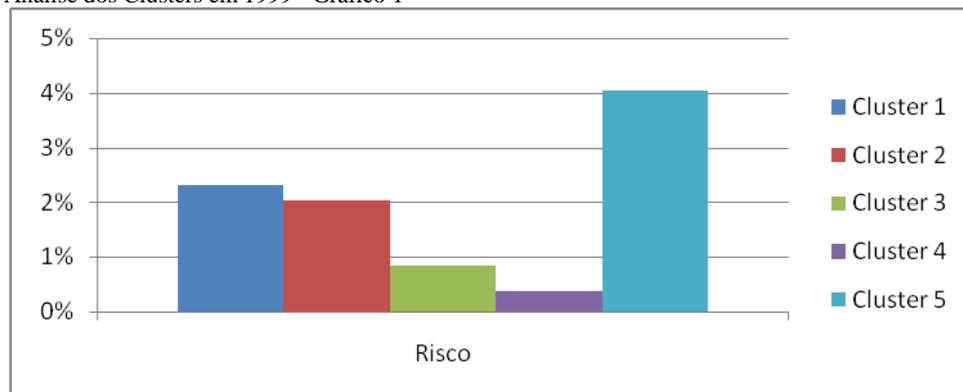
#### **Análise dos resultados**

Após a aplicação da metodologia anteriormente descrita, procede-se a caracterização descritiva das variáveis dos clusters em valores médios, definidos para ao ano 1999 e 2010.

#### **Caracterização dos Clusters do ano 1999**

Para melhor compreensão, as variáveis apresentam-se agrupadas em gráficos atendendo aos valores e a respectiva escala. O foco da análise incidir-se-á nos clusters de maior representatividade, designadamente, os Cluster 1 e 3 (por albergarem os principais bancos do sistema bancário português) uma vez que os restantes clusters estão constituídos por um único banco.

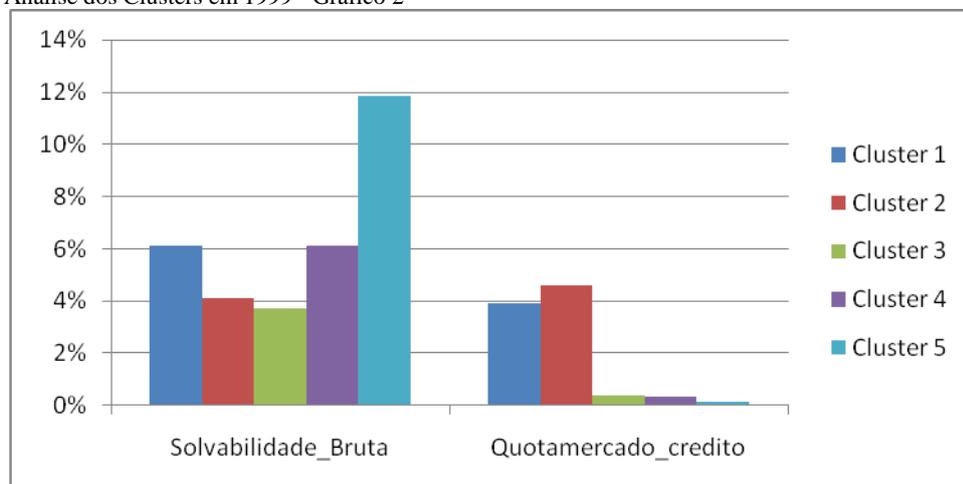
Análise dos Clusters em 1999 - Gráfico 1



### Variável Risco

Denota-se uma aproximação assinalável de perfil de risco assumido entre o Clusters 1 (composto pelos bancos; Banif, BBV, BCA, BES, BNC, CCCAM, CGD, Finibanco e Mello) e Cluster 2 (constituído pelos bancos; Banco BPI, BCP, BIC, BNP, BNU, BPA, BPSM, BTA, CPP, Montepio e Santander), no que se traduz numa relativa homogeneização do perfil de risco. Porém o Cluster 5 composto pelo Banco Finantia afigura o perfil de maior aversão ao risco. Em contraste, os Clusters 3 (Barclays) e 4 (BPN) apresentam menores indicadores de risco.

Análise dos Clusters em 1999 - Gráfico 2



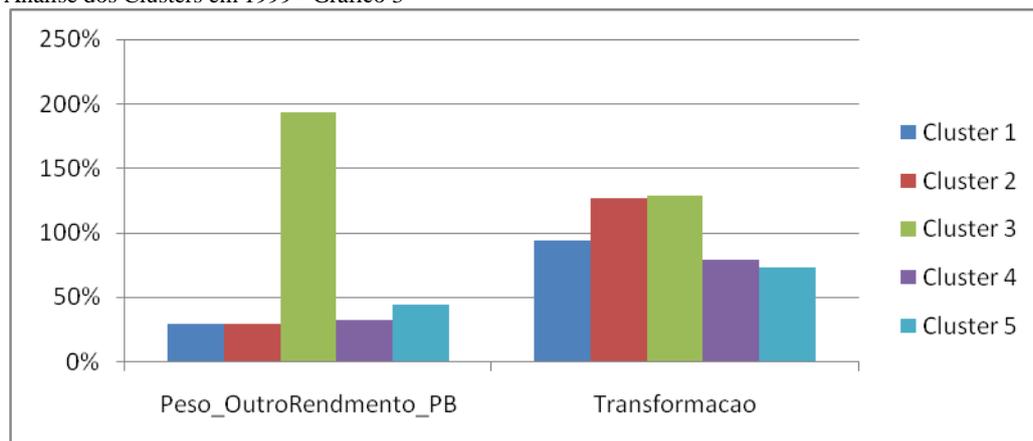
### Variável Solvabilidade Bruta

O Cluster 1 composto pelo banco público (CGD) e alguns comerciais supra citados, regista o indicador de solvabilidade superior face ao Cluster 2 composto pelos bancos mutualistas (CCCAM e Montepio) e pelos principais bancos comerciais do sistema bancário nacional. O Cluster 5 comporta o Banco Finantia e regista o maior indicador de solvabilidade bruta contrastando deste modo com o Cluster 3 (Banco Barclays) que apresenta o menor indicador.

### Variável Quota de Mercado (Crédito)

Analisando a presente variável, o Cluster 2 põe-se em relevo ao apresentar o maior indicador de quota de mercado no sistema bancário nacional. Segue-se, o Cluster 1, que apresenta uma distância considerável face ao Cluster 3. Os Clusters 2,4 e 5 afiguram indicadores exíguos, tendo em conta que estão compostos por um único banco, que por sua vez apresentam pouca expressão no tecido bancário nacional.

Análise dos Clusters em 1999 - Gráfico 3



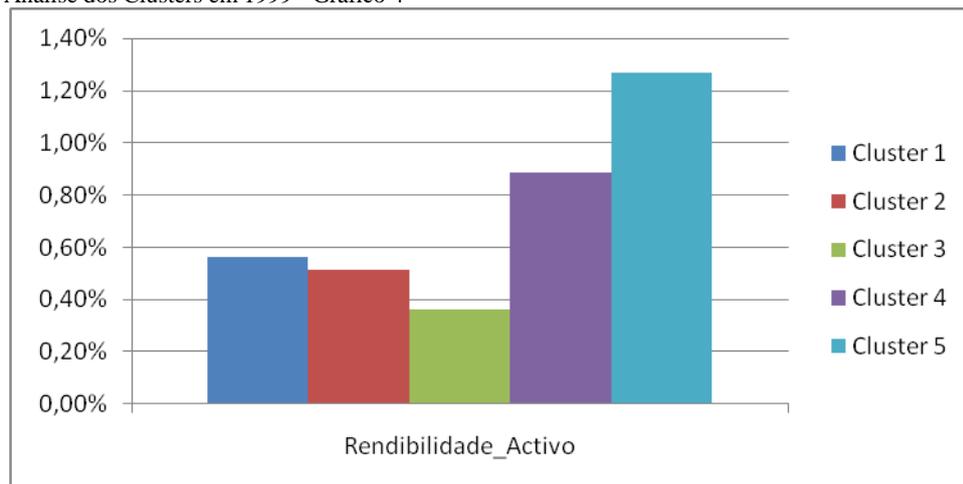
### Variável Peso de Outros Rendimentos sobre Produto Bancário

Regista-se uma aproximação assinalável entre o Cluster 1 e o Cluster 2. Pelo que se traduz numa homogeneização do comportamento dos bancos que comportam os respectivos Clusters. Porém, o Cluster 3 (Barclays) apresenta o maior indicador, distanciando-se deste modo dos Cluster 4 e 5, que apresentam indicadores relativamente inferiores.

### Variável Transformação

Os clusters afiguram na presente variável um comportamento relativamente similar. Contudo, denota-se que o Cluster 2 apresenta o indicador ligeiramente superior face ao Cluster 1. O Cluster 3 destaca-se ao apresentar o maior indicador e os Clusters 4 e 5 afiguram em contraponto os menores indicadores.

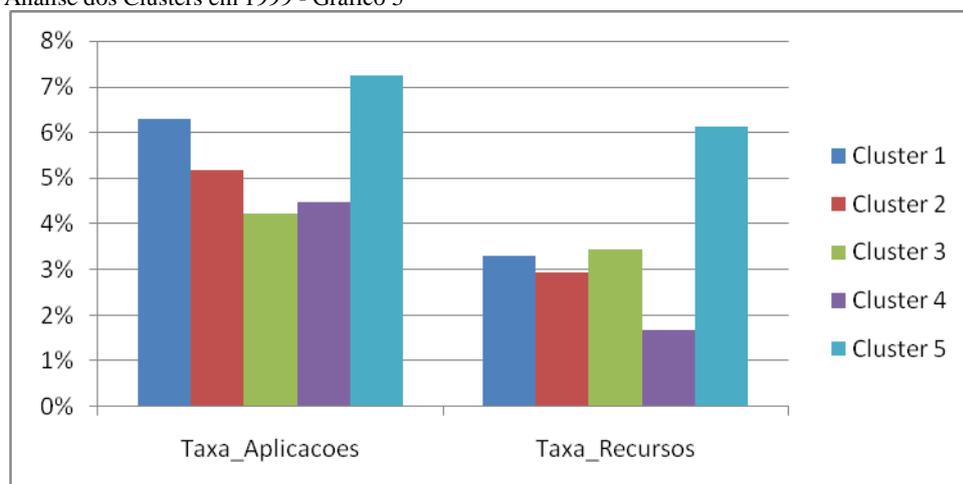
Análise dos Clusters em 1999 - Gráfico 4



### Variável Rendibilidade do Activo

Os clusters comportam indicadores relativamente próximos, pelo que se pode traduzir numa assinalável similitude. Porém, verifica-se que o Cluster 1 detém maior indicador face ao Cluster 2, pelo que evidencia maior rendibilidade dos bancos que o compõe. Os Clusters 5 e 4 apresentam maiores indicadores ao passo que o Cluster 3 apresenta o menor indicador.

Análise dos Clusters em 1999 - Gráfico 5



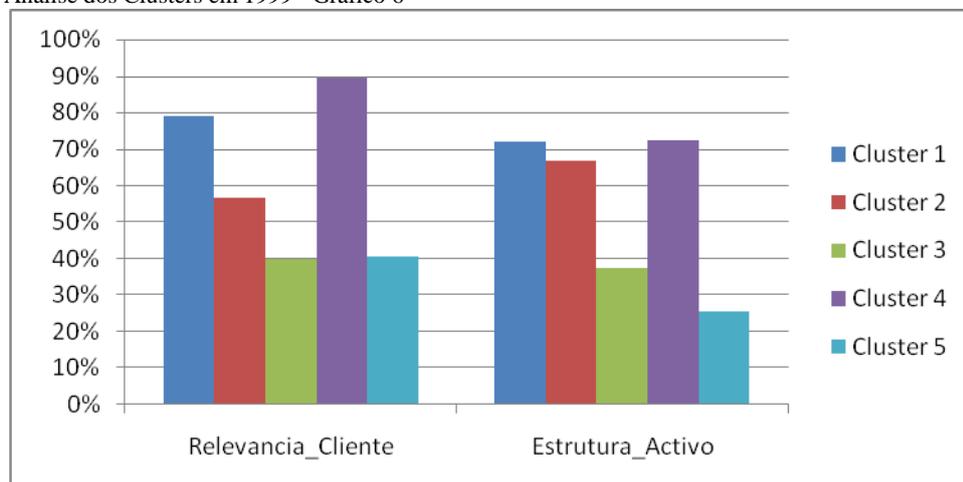
### Variável Taxa de Aplicações

Em traços gerais, o Cluster 1 regista a taxa de aplicações superior ao Cluster 2. Fica patente neste cenário, que o Cluster 2 (constituído por bancos comerciais) apresenta condições de aplicações menos atrativas do que o Cluster 1. Os Cluster 3 e 4 apresentam indicadores com proximidade assinalável ao passo que o Cluster 5 afigura o maior indicador.

### Variável Taxa de Recurso

Regista-se uma notável similitude entre os Clusters 1 e 2, porém o Cluster 1 posiciona-se ligeiramente acima, contudo este indicador elucida uma relativa aproximação comportamental entre os mesmos. O Cluster 5 destaca-se entre os demais ao apresentar a maior taxa de recurso seguido pelo Cluster 3 e por fim o Cluster 4 com o indicador mais baixo.

Análise dos Clusters em 1999 - Gráfico 6



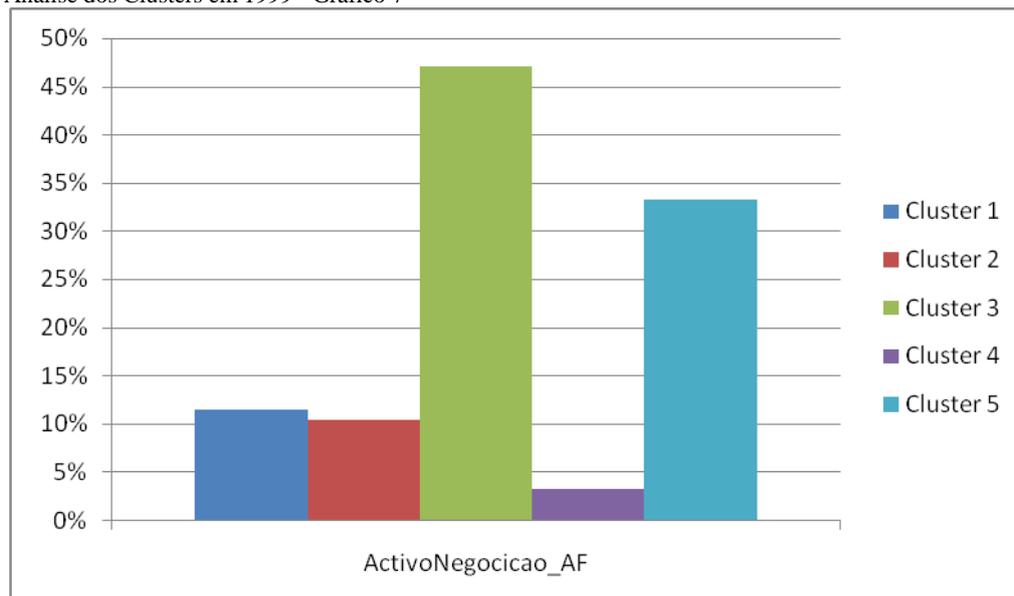
### **Variável Relevância do Cliente**

Denota-se uma assinalável preponderância do Cluster 1 face ao Cluster 2, que demonstra deste modo maior atribuição da relevância do cliente no exercício das suas actividades. Regista-se uma notável aproximação de indicadores entre os Clusters 3 e 5 e o Cluster 4 comporta o maior indicador de Relevância de Cliente.

### **Variável Estrutura do Activo**

A presente variável afigura o reflexo do comportamento registado na variável anterior. Verifica-se, que o Cluster 1 apresenta o maior indicador de estrutura, que por sua vez demarca-se consideravelmente do Cluster 2. Tal resultado espelha o foco da atividade operacional (captação de depósitos e concessão de créditos) efetuado pelos bancos que compõem o Cluster 1. De entre os demais Clusters, destaca-se o Cluster 4, que apresenta maior indicador face aos Clusters 3 e 5.

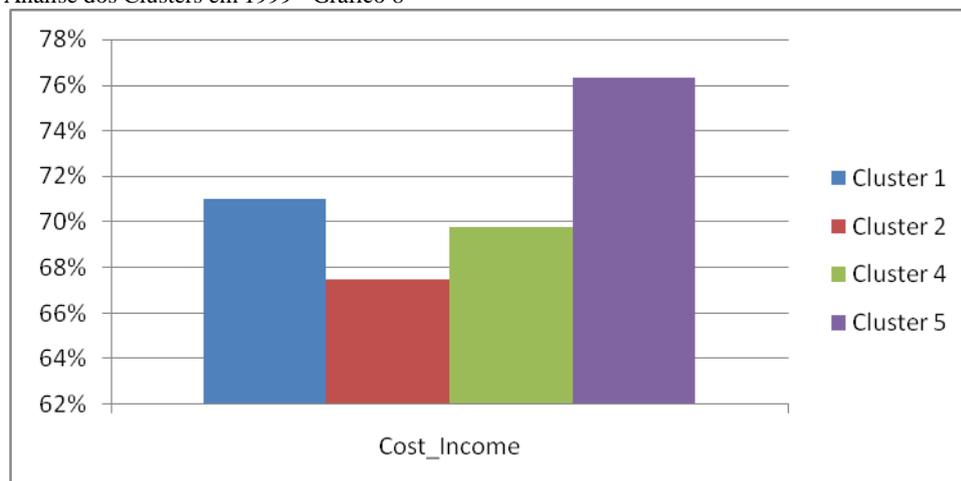
Análise dos Clusters em 1999 - Gráfico 7



### Variável Activo de Negociação sobre Activo Financeiro

A presente variável pode ser considerada como a consequência ou reverso da moeda, da variável anterior, uma vez que apresentam o comportamento inverso. Contudo regista-se uma proximidade assinalável entre o Cluster 1 e o Cluster 2, porém o Cluster 1 coloca-se ligeiramente acima do Cluster 2. Por consequência, os Clusters 3 e 5 apresentam maiores indicadores ao passo que o Cluster 4 apresenta o mais baixo

Análise dos Clusters em 1999 - Gráfico 8

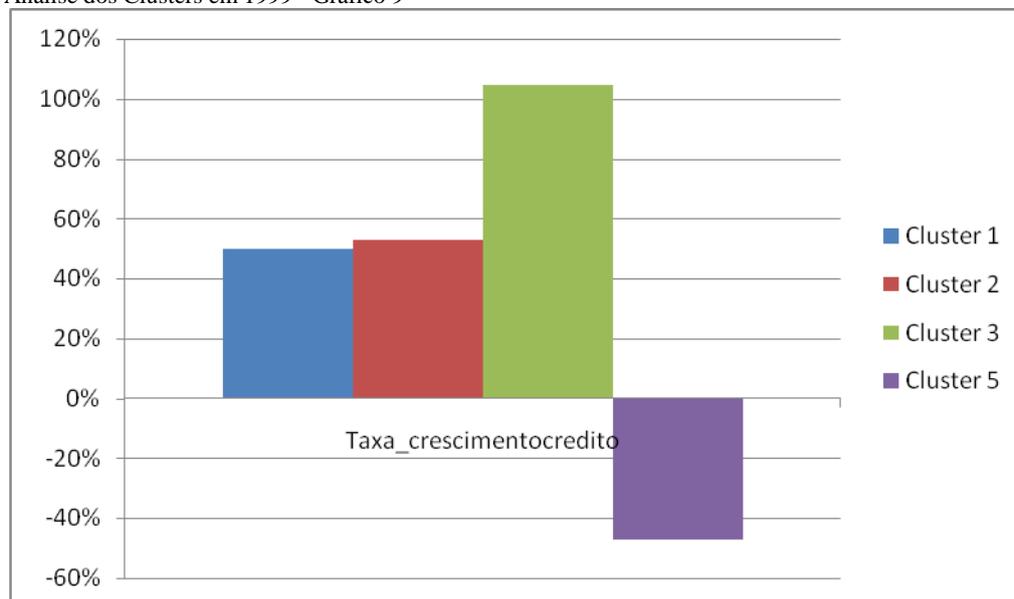


### Variável *Cost-to-Income*

Em traços gerais, os clusters apresentam o comportamento relativamente homogêneo, excepto o Cluster 5. O referido Cluster (composto exclusivamente pelo Banco Finantia), apresenta o indicador mais elevado. Contudo, denota-se que o Cluster 2 apresenta-se ligeiramente mais

eficiente do que o Cluster 1, uma vez que regista o indicador abaixo do respectivo indicador do Cluster 1.

Análise dos Clusters em 1999 - Gráfico 9



### Variável Taxa do Crescimento do Crédito (1997-1999)

Denota-se em traços gerais aumentos significativos. Porém o Cluster 2 regista um ligeiro aumento da taxa do crescimento do crédito (1997-1999) face ao Cluster 1. Isto talvez se possa explicar devido ao posicionamento dos bancos que compõem o Cluster 2 (Bancos Comerciais e Mutualistas) relativamente a facilidade na concessão do crédito. Em contraste, o Cluster 5 (Banco Finantia) apresenta uma contração assinalável.

### Síntese

Após a explanação de todos os Clusters, procede-se a análise comparativa entre os principais clusters (Cluster 1 e 2) que constituem o foco do estudo. O Cluster 1, composto pelo banco público (CGD), e pelos bancos comerciais; Banif, BBV, BCA, BES, BNC, CCCAM, CGD, Finibanco e Mello) apresenta características intrínsecas atendendo ao caris da sua composição. Por outro lado, o Cluster 2, constituído pelos comerciais (Banco BPI, BCP, BES, BNP, BNU, BPA, BPSM e BTA) e pelos bancos mutualistas (CCCAM e Montepio) afigura consequentemente, um comportamento diferenciado face ao Cluster 1.

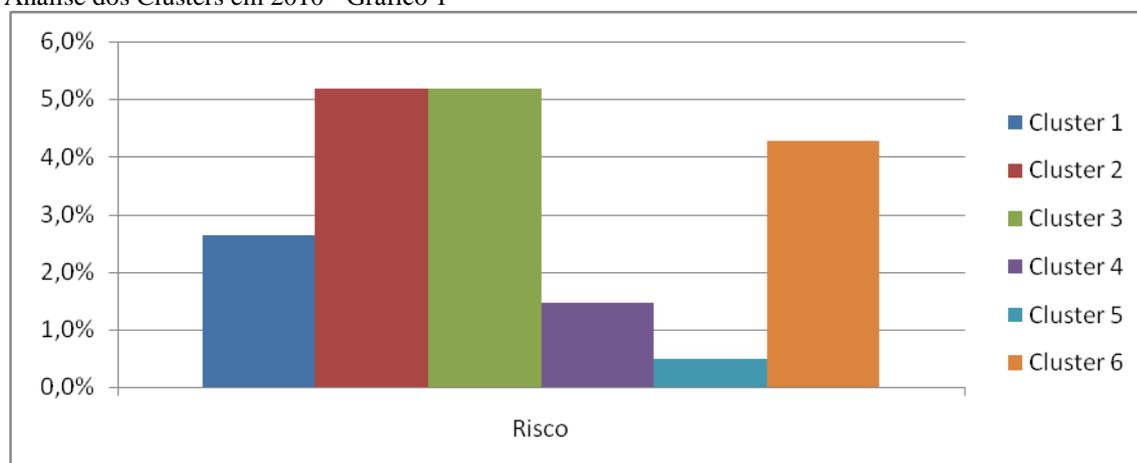
Em traços gerais, o Cluster 2 apresenta de forma expressiva maior quota de mercado e maior indicador da variável de transformação. Por sua vez o Cluster 1 apresenta maior relevância do Cliente, maior estrutura do ativo e solvabilidade bruta, maior indicador do *Cost-to-Income*, e

apresenta de igual modo maior registo da Taxa média de Aplicações. Porém, os Clusters apresentaram indicadores relativamente próximos no que diz respeito as seguintes variáveis; risco, taxa de recurso, peso de outros rendimentos sobre o produto bancário, activos de negociação sobre ativo financeiro, rendibilidade do ativo e a taxa de crescimento do crédito (1997-1999). Estes resultados elucidam de forma inequívoca as linhas orientadoras que demarcam a actuação dos presentes clusters. É importante frisar que não obstante a constituição imperfeita dos clusters, uma vez que estão presentes no cluster 1, instituições bancárias de natureza distinta, denota-se uma diferenciação assinalável na abordagem das actividades operacionais.

### Caracterização dos Clusters do ano 2010

A análise ostenta como foco os clusters que apresentam na sua composição instituições financeiras de maior expressão no sistema bancário nacional. Sendo respectivamente: Cluster 1 (Banco BPI, BES, CGD, Millennium BCP e Santander Totta), Cluster 3 (Banif, Crédito Agrícola, Finibanco e Montepio) e o Cluster 4 (Banco BIC, Barclays, BBVA, BNP, Deutsche Bank e Popular).

Análise dos Clusters em 2010 - Gráfico 1

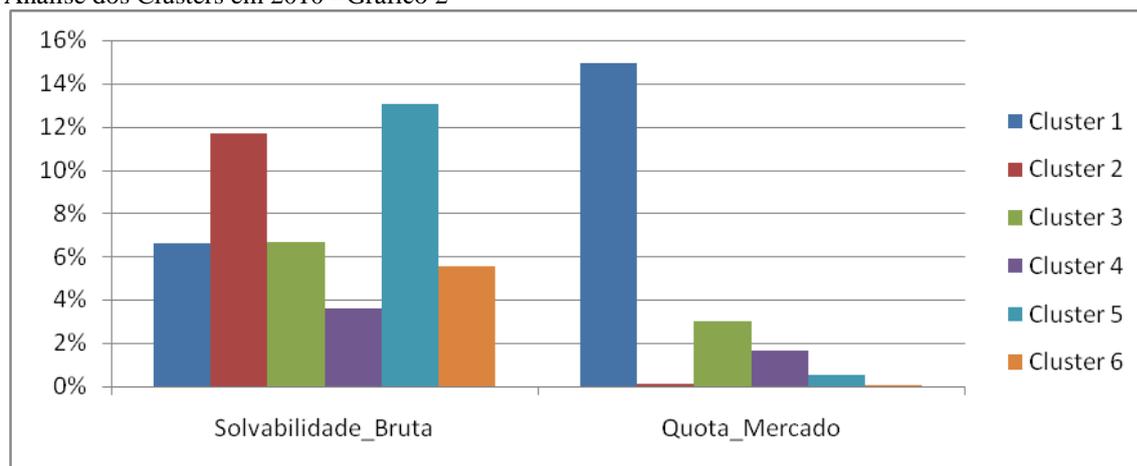


### Variável Risco

Analisando a variável risco, denota-se diferenças assinaláveis entre os principais Clusters em estudo. Cluster 1, composto pelos bancos de maior relevo na esfera do mercado bancário (Banco BPI, BES, CGD, Millennium BCP e Santander Totta), afigura-se perfil do risco inferior ao Cluster 3, construído pelos bancos mutualistas e comerciais (Banif, Crédito Agrícola, Finibanco e Montepio) e que por sua vez, apresenta o maior indicador de risco. O

Cluster 4, composto maioritariamente por bancos estrangeiros (Banco BIC, Barclays, BBVA, Deutsche e Popular) apresentam o perfil de maior aversão ao risco comparativamente com os demais clusters supra citados. O Cluster 2 (Banco Finantia e Banco Invest) e o Cluster 6 (Banco Fortis) apresentam indicadores assinaláveis ao passo que e o Cluster 5 (Itaú) apresentam o indicador de risco mais baixo, no que se traduz no perfil de maior aversão ao risco.

Análise dos Clusters em 2010 - Gráfico 2



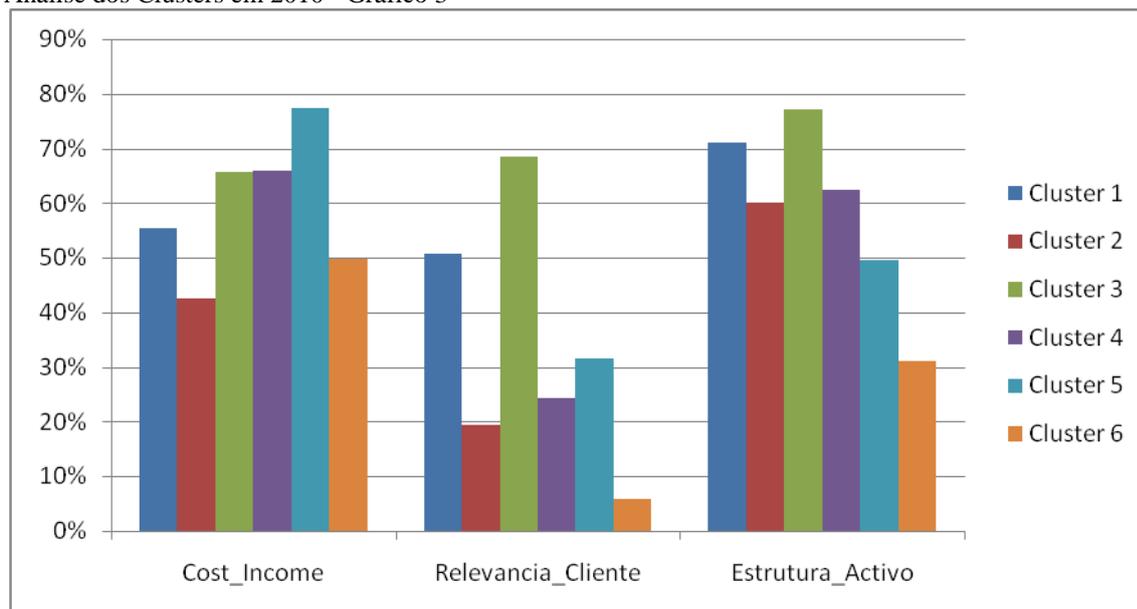
### Variável Solvabilidade Bruta

Regista-se uma similitude considerável entre os Clusters 1 e 3 onde estão inseridos os principais bancos nacionais. Os Clusters 2 e 5, compostos pelos bancos de menor expressão no sistema bancário nacional apresentam maiores indicadores de solvabilidade. Por fim, os Clusters 4 e 6, compostos por bancos estrangeiros apresentam os indicadores mais baixos.

### Variável Quota de Mercado (Crédito)

Denota-se uma preponderância expressiva do Cluster 1 face aos demais Clusters, uma vez que está composto pelas instituições de maior relevo do sistema bancário português. De seguida, afigura o Clusters 3, constituído pelos bancos mutualistas (Crédito Agrícola e Montepio) e comerciais (Banif e Finibanco). Segue-se, o Cluster 4 constituído pelos bancos estrangeiros (exceção do Banco BIC), que regista a terceira maior quota de mercado. Os Clusters 5, 2 e 6 apresentam os menores indicadores de quota de mercado, pela respectiva ordem decrescente.

Análise dos Clusters em 2010 - Gráfico 3



### **Variável *Cost-to-Income***

O gráfico acima demonstra o comportamento dos clusters e evidencia que o Cluster 1 apresenta o indicador mais baixo face aos Clusters 3 (onde estão inseridos os bancos mutualistas) e 4 (onde estão inseridos os bancos estrangeiros), que por seu turno afiguram uma similitude assinalável entre os indicadores. Neste cenário o Cluster 1 posiciona-se como o mais eficiente. O Cluster 5 (Banco Itaú) destaca-se pelo registo do maior indicador e por fim os bancos que compõem o Cluster 2 (bancos de pouca expressão no sistema bancário nacional) apresenta os indicadores mais baixo.

### **Variável Relevância do Cliente**

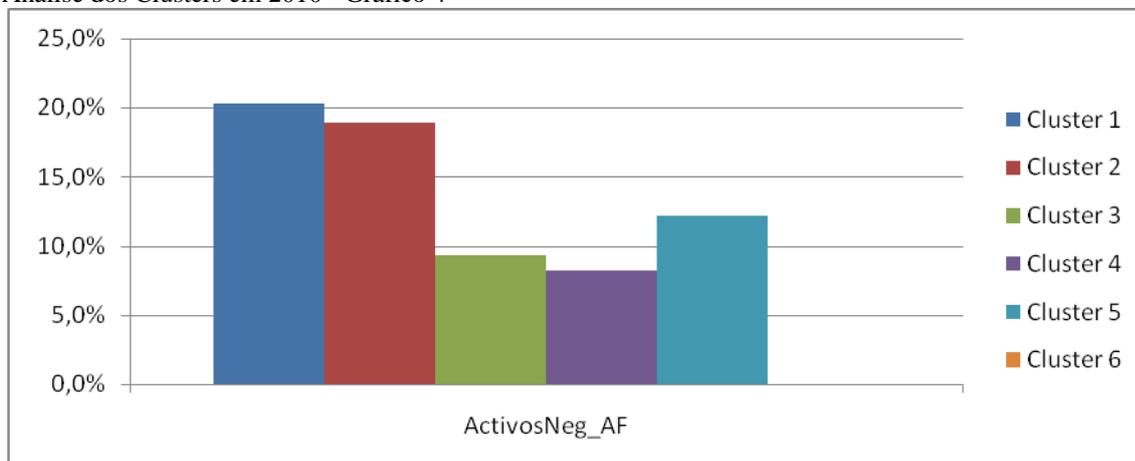
Denota-se que o Cluster 3, apresenta maior valor na presente variável, seguido pelo Cluster 1, no que se traduz pela acrescida importância atribuída aos recursos dos clientes pelos bancos que o compõem os referidos clusters. Os Clusters 2, 4 e 5 afiguram indicadores relativamente próximos, demonstrando deste modo, alguma semelhança na relevância dos recursos dos clientes. O Cluster 6 demarca-se dos demais clusters ao registar o indicador mais baixo.

### **Variável Estrutura do Activo**

Regista-se uma aproximação assinalável entre os Cluster 1 e 3, porém o Cluster 3 posiciona-se ligeiramente acima do Cluster 1, pelo que se traduz na maior preponderância da rubrica Crédito ao Cliente no Activo Financeiro dos bancos que compõem o Cluster 3. O Cluster 4 (bancos estrangeiros) apresenta o indicador consideravelmente abaixo dos demais supra

citados. Os restantes clusters (2, 5 e 6) apresentam menores indicadores de estrutura do ativo pela ordem decrescente, pelo que evidencia consequentemente, menor peso da rubrica Crédito aos Clientes sobre o Activo Financeiro nos respectivos bancos.

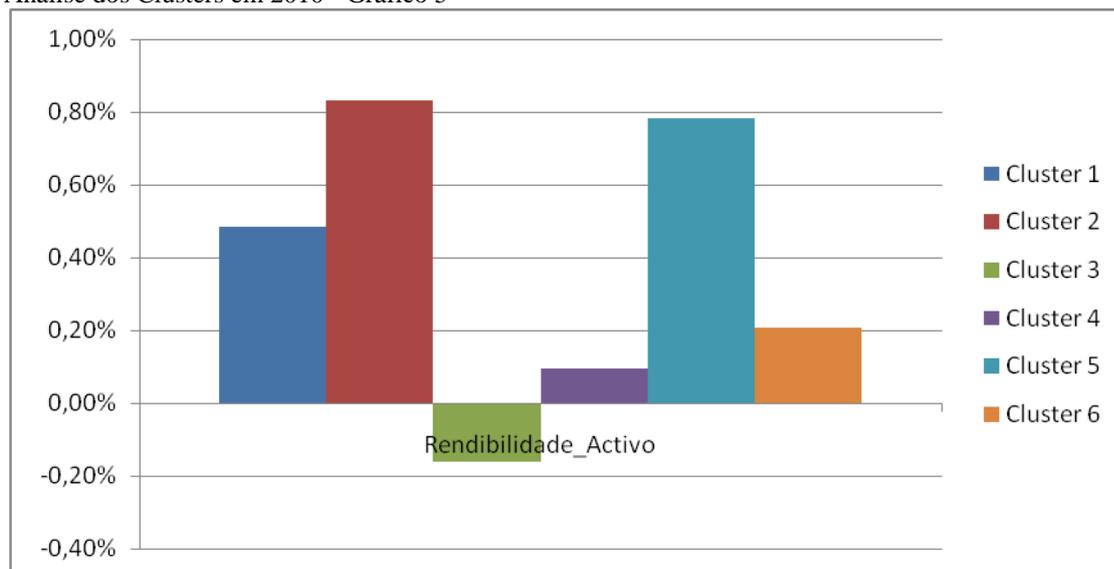
Análise dos Clusters em 2010 - Gráfico 4



### Variável Activos de Negociação sobre o Activo Financeiro

O Cluster 1 apresenta o maior indicador de Activo de Negociação sobre Activo financeiro, face aos demais Clusters. Pelo que evidencia por consequência, maior diversificação das suas operações. Segue-se o Cluster 3 relativamente próximo do Cluster 4, pelo seu turno, demonstram o foco na orientação da atividade principal do banco (captação de depósitos e concessão de crédito). O Cluster 2 apresenta o indicador assinalável ao passo que o Cluster 6 composto apenas pelo Banco Fortis não apresenta qualquer valor na rubrica de ativo de negociação.

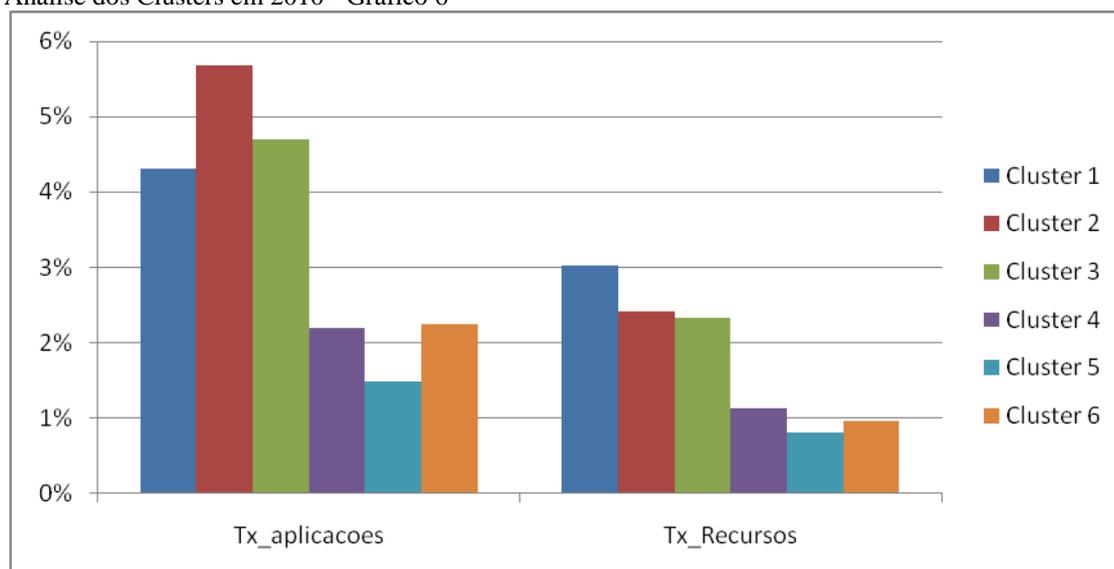
Análise dos Clusters em 2010 - Gráfico 5



### Variável Rendibilidade do Activo

Pese embora o contexto de crise, o Cluster 1 apresenta notoriamente o maior indicador de rendibilidade do ativo face aos principais clusters em estudo. O Cluster 4, composto maioritariamente pelos bancos estrangeiros registaram uma rendibilidade marginal do ativo, ao passo que o Cluster 3 registou uma rendibilidade negativa, fortemente condicionado pelo desempenho do Banco Finibanco (um dos elementos do cluster). Os demais clusters registaram rendibilidades positivas, destacando-se os Clusters 2 e 5.

Análise dos Clusters em 2010 - Gráfico 6



### Variável Taxa Média de Aplicações

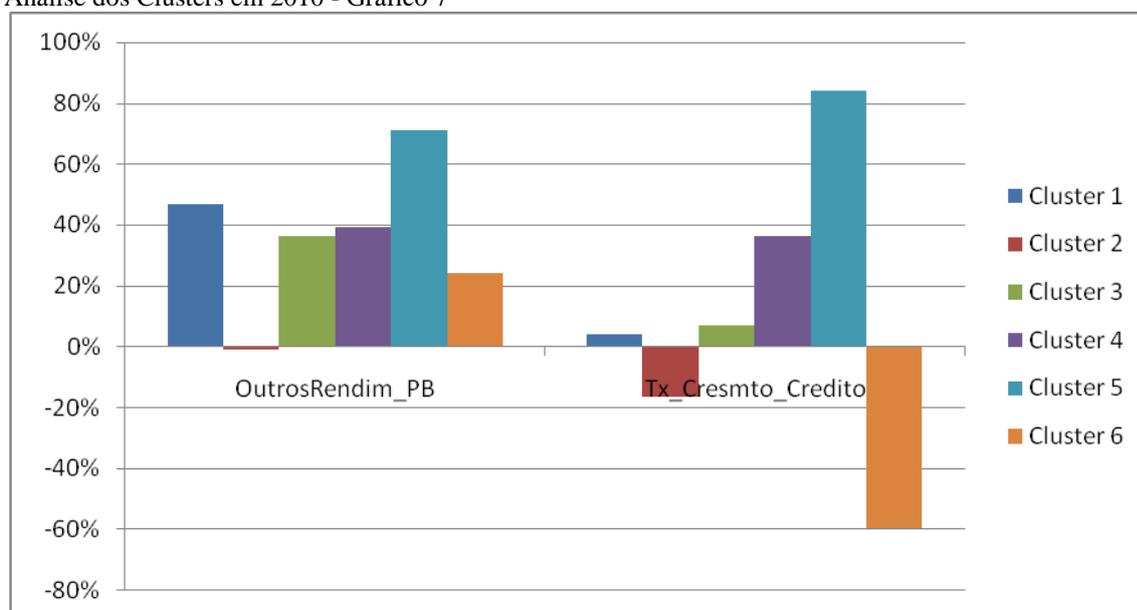
O Cluster 3 (onde estão inseridos os bancos mutualistas) destaca-se dentre os demais, apresentado o maior indicador da Taxa de Aplicações. No entanto o Cluster 1 posiciona-se

ligeiramente abaixo do Cluster 3 e segue-se consideravelmente abaixo o Cluster 4. Este posicionamento demonstra que os bancos que compõem o Cluster 4 (constituídos maioritariamente por bancos estrangeiros) apresentam condições mais atrativas. Por outro lado destaca-se o Cluster 2 composto pelos bancos Finantia e Invest, ao apresentar o maior indicador, contrastando deste modo com o Cluster 5 (Itaú) que afigura o menor indicador.

### Variável Taxa Média de Recursos

Na presente variável, regista-se o comportamento decrescente. O Cluster 1 apresenta o maior indicador de Taxa de Recurso, seguido pelo Cluster 3 e finalmente pelo Cluster 4. Regista-se o mesmo cenário nos demais Clusters, sendo que o Cluster 2 apresenta o maior indicador face aos Clusters 5 e 6. Denota-se que os bancos que compõem Cluster 1 têm feito um esforço assinalável nos últimos anos pagando taxas de juro mais elevadas para atraírem depositantes.

Análise dos Clusters em 2010 - Gráfico 7



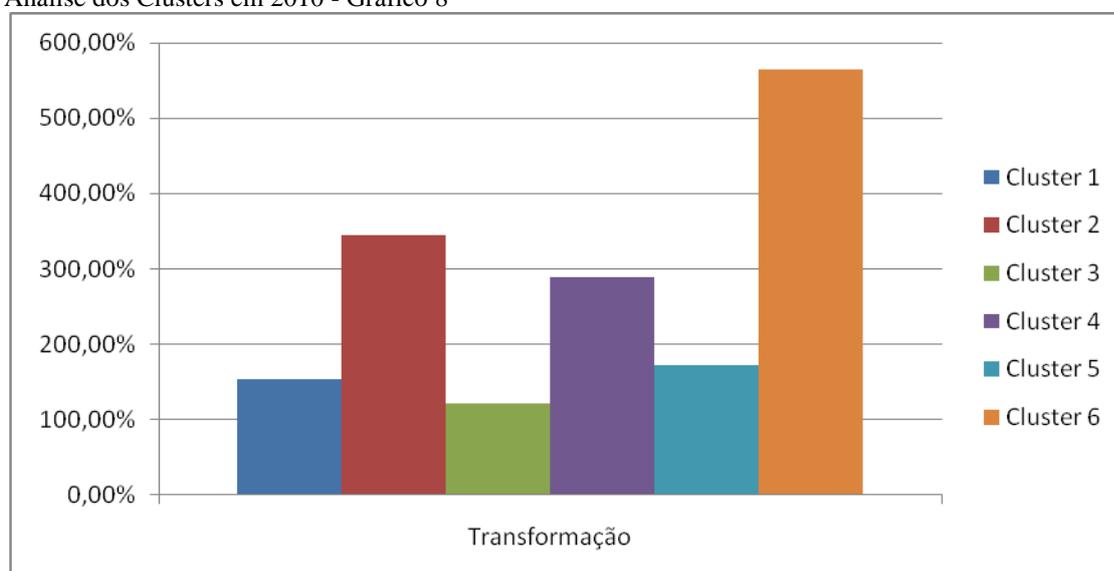
### Variável Peso de Outros Rendimentos sobre Produto Financeiro

O Cluster 1 apresenta maior Peso de Outros Rendimentos sobre o Produto Bancário face aos Clusters 3 e 4. No entanto, o Cluster 4 posiciona-se ligeiramente acima do Cluster 3, pelo que demonstra que os bancos que compõem os Cluster 1 e 4 apresentam maior diversidade das suas operações do que os bancos que compõem o Cluster 3. O Cluster 6 composto pelo Banco Itaú, apresenta o maior indicador ao passo que Cluster 2, que apresenta indicador negativo, fortemente condicionado pelo resultado negativo do Banco Finantia.

### Variável Taxa de Crescimento do Crédito (2008-2010)

Regista-se comportamentos díspares dos Clusters na presente variável, uma vez que se verifica indicadores positivos nos principais Clusters designadamente, Cluster 1,3,4 e 5 e negativos nos Clusters 2 e 6. O Cluster 1 apresentou a menor taxa de crescimento dentre os principais Clusters, tendo em conta que foi fortemente condicionado pelo desempenho dos bancos comerciais que o compõe, uma vez que a CGD apresentou um valor considerável de taxa de crescimento do crédito. Contudo, destaca-se o Cluster 4, constituído maioritariamente por bancos estrangeiros, ao apresentar a maior taxa de crescimento, possivelmente por serem de menor dimensão que os do Cluster 1 e 3 e também por estarem inseridos em grupos internacionais têm maior facilidade de financiamento O Cluster 3 posiciona-se, deste modo, entre o Cluster 1 e o Cluster 4. Importa realçar, uma vez mais, que os dados analisados são em termos médios. O Cluster 5, formado pelo banco Itaú, destaca-se entre os demais clusters ao registar o maior indicador de taxa de crescimento do crédito, em contraste estão os Clusters 2 e 6 que apresentam indicadores negativos, condicionados pelo desempenho dos respectivos bancos que os compõem.

Análise dos Clusters em 2010 - Gráfico 8



### Variável Transformação

Analisando os principais clusters, destaca-se o Cluster 4, composto maioritariamente por bancos estrangeiros, ao registaram o maior indicador de Transformação. Segue-se o Cluster 1 e ligeiramente abaixo, o Cluster 3. Importa realçar que os Clusters 2, 4 e 6 registaram valores acima de 100%, pelo que se traduz na canalização total dos depósitos para a rubrica do

Crédito. Isto deve-se à sua fraca base de depósitos. Os Clusters 2 e 6 apresentam indicadores assinaláveis.

### **Síntese**

Obteve-se resultados interessantes na caracterização dos clusters em estudo. Segue, de forma concisa os principais aspetos que marcam a diferenciação entre os clusters definidos. Regista-se no Cluster 3 (onde estão inseridos dos dois bancos não lucrativos; Crédito Agrícola e Montepio) maior indicador do risco, maior indicador de relevância dos clientes e a maior taxa de aplicação. A maior taxa de aplicação pode estar associada a maior risco. Obteve indicador negativo na variável de rendibilidade do ativo, condicionado pelo desempenho negativo do Banco Finibanco. Por sua vez, o Cluster 1 composto pelos maiores bancos do sistema bancário nacional, no qual a CGD se insere, apresenta desde logo a maior quota de mercado, maior indicador do peso de outros rendimentos sobre o produto bancário, maior indicador do ativo de negociação no ativo financeiro e maior indicador da taxa de recurso. Todavia o Cluster 1 e o Cluster 3 apresentam alguma similitude no indicador de solvabilidade, mas o Cluster 3 detém a taxa de crescimento do crédito (2008-2010) superior ao Cluster 1. Porém o Cluster 4 constituído maioritariamente pelos bancos estrangeiros, apresentam a maior taxa de crescimento do crédito e o maior indicador de transformação. Apresenta de igual modo, ao par do Cluster 3 o maior indicador do *cost -to- income* e o menor ativo de negociação no ativo financeiro. O presente cluster afigura, ainda, o menor indicador de quota de mercado, menor relevância do cliente e do risco. Estes indicadores põem em relevo as principais distinções entre os clusters estudados e os respectivos bancos que os constituem.

### **7. Análise de Robustez**

Procede-se nesta sessão, a análise da alteração de alguns pontos fulcrais da metodologia aplicada, com o intuito de avaliar a consistência dos resultados obtidos.

Mantendo a integral aplicação metodológica, retirando apenas os clusters formados por um único banco, constata-se que em 1999, a Caixa Geral de Depósitos fica inserida num cluster composto pelo Banco Espírito Santos e pelo Banco Mello, porém, subsistem a formação de clusters constituído por um único banco (conforme Anexo-Análise de Robustez- Tabela 3). Por outro lado, verifica-se em 2010, que a Caixa Geral de Depósitos permanece no mesmo cluster onde esteve inserida na metodologia inicial (Anexo-Análise de Robustez- Tabela 6).

Aplicando o critério da média dos grupos (*average linkage between group*), em detrimento do critério vizinho mais afastado (*furthest neighbor complete linkage*) inicialmente utilizado, verifica-se poucas alterações substanciais em 2010 (Anexo-Análise de Robustez- Tabela 12), uma vez que mantem-se a composição do cluster onde a Caixa Geral de Depósitos se insere face ao resultado obtido da metodologia inicial. Contudo, denota-se igualmente a manutenção da composição do cluster em 1999, onde a Caixa Geral de Depósitos faz parte, Banco Espírito Santo (BES) e ao Banco Mello (Anexo-Análise de Robustez- Tabela 9). Todavia, denota-se com aplicação de critério da média de grupos certificação de uma certa aproximação da Caixa Geral de Depósitos a um banco grande (BES). Esta aproximação a bancos grandes consolidar-se-ia em 2010.

Diga-se, em jeito de conclusão, que o método aplicado é consistente atendendo que não se registou grandes alterações substanciais.

## **8. Considerações Finais**

A presente dissertação teve como principal objetivo, examinar as reais/supostas diferenciações na actuação de bancos comerciais privados e públicos do sistema financeiro português em dois períodos distintos: expansão (1997 á 1999) e recessivo (2008-2010), tendo como foco de estudo o desempenho da Caixa Geral de Depósitos.

Após largos anos, continua acesa a controvérsia em torno da existência de banco público. De um lado os que defendem com a argumentação de que o banco público desempenha o papel crucial no sistema financeiro, designadamente como; estabilizador na concessão de crédito, estruturante de saneamento do sistema bancário, correção de falhas de mercado devido à presença de informação assimétrica, instrumento ao serviço do Estado para a aplicação de políticas e boas práticas no seio da sociedade e de financiamento de projetos socialmente desejáveis mas financeiramente pouco rentáveis, e do lado oposto, os que opõem a existência do banco público devida a alegada influência política na sua gestão, distorção da concorrência e vantagens competitivas e por fim a Influência limitativa para o crescimento económico.

Uma primeira conclusão da análise empírica é que a CGD nunca apareceu suficientemente distinta dos outros bancos para ser um cluster à parte ou com os outros bancos não lucrativos. O que talvez faça sentido devido à sua dimensão e ao facto de a CGD procurar ser suficientemente competitiva para não perder a sua posição no mercado.

Constatou-se uma convergência nas demais nas análises empíricas, designadamente, análise dos rácios, análise das proximidades e a análise dos clusters, que a Caixa Geral de Depósitos apresentou-se mais próxima dos reais pressupostos que regem o banco público em 1999 do que em 2010. Em termos das características dos clusters podemos afirmar que em 1999 a CGD pertence a um cluster mais próximo das características dos bancos públicos e não lucrativos: maior solvabilidade, menor rácio de transformação, maior relevância do crédito, maior *costa-to-income*, e menor taxa de crescimento do crédito em tempo de boom no crédito. Note-se que em 1999 a CGD pertence ao mesmo cluster do que a CCAM. Em 2010, o cluster de pertença da CGD é claramente um cluster que apresenta menos características típicas de bancos não lucrativos do que o cluster 3 (que inclui a CCAM e Montepio Geral).

Na época de 1999 a CGD evidenciou indicadores que demonstravam tal proximidade, tendo como o foco da sua atividade operacional de entre outras prioridades, a captação de depósitos e concessão de crédito. Após uma década, Caixa Geral de Depósitos posiciona-se numa perspectiva de banca universal e apresenta de forma transversal um vasto leque de serviços e negócios bancários. Esta nova linha estratégica operacional afetou consequentemente o posicionamento da CGD no período 2008-2010. Não obstante a conjuntura recessiva registada na altura e da assinalável concentração do mercado bancário, ficou patente que o banco não levou tão em conta os seus principais propósitos ao apresentar a taxa de crescimento de crédito que ficou aquém do expectável, orientação assinalável na diversificação das actividades financeiras (detenção de considerável de activos de negociação e notável crescimento de outros rendimentos bancários). Não colocando causa o seu bom desempenho em termos gerais, o estudo aponta que CGD alinha-se de forma assinalável com o perfil de um banco comercial altamente competitivo na esfera do sistema bancário nacional.

Como reforça Henning Schopmann (Presidente da Associação Europeia de bancos públicos) em entrevista ao Diário de Notícias em Janeiro de 2008, os bancos públicos com um apropriado modelo de negócio são tão eficientes como os privados. Contudo, têm obrigações adicionais que se não cumprirem deixa de fazer sentido existirem. As principais obrigações passam pela regulação, supervisão, sinalização e contribuição para o bom funcionamento de todo o sistema bancário e financeiro, de forma a impedir práticas prejudiciais e com impactos e efeitos de contágio aos restantes agentes económicos.

É peremptório e desejável que a CGD mantenha no domínio público, tendo em consideração a importância do seu papel, como âncora do sistema financeiro e bancário português e no reforço da credibilização e confiança dos agentes económicos.

Porém apresentamos como limitação do presente estudo a ausência de dados, nomeadamente a percentagem do crédito a PME's e a percentagem do crédito a projetos inovadores. Estes dois pontos poderiam ser alvo de estudo de um próximo trabalho.

## 9. Referências Bibliográficas

ANDREWS, A. M. (2005). State-Owned Banks, Stability, Privatization, and Growth: Practical Policy Decisions in a World without Empirical Proof. IMF Working Papers.

ANDRIANOVA, S.; DEMETRIADES, P.; SHORTLAND, A. (2002). —State Banks, Institutions and Financial Development|| . Working paper. University of Leicester, United Kingdom.

ALTUNBAS, Y.; EVANS, L.; MOLYNEUX, P. (2001). —Bank Ownership and Efficiency|| . Working Paper.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS – site;

[http://www.apb.pt/estudos\\_e\\_publicacoes/boletim\\_informativo](http://www.apb.pt/estudos_e_publicacoes/boletim_informativo)

BANCO DE PORTUGAL – A Economia Portuguesa no Contexto da Integração Económica, Financeira e Monetária- Departamento de Estudos Económicos

BARBOSA, António S. Pinto (1997). —Economia Pública|| . Editora McGraw-Hill, Lisboa.

BARROS, Fátima; MODESTO, Leonor – Portuguese Banking Sector: A Mixed Oligopoly?“( Universidade Católica, 1999) Working Paper

BONIN, John; WACHTEL, Paul (1999). —Lessons from Bank Privatization in Central Europe|| . Working paper presented at Bank Privatization Policy Research Workshop, Washington, D.C.

CAIADO, Aníbal Campos; CAIADO, Jorge (2006). —Gestão de Instituições Financeiras|| . Edições Sílabo. 1ª Edição. Lisboa.

CARVALHO, Pedro (2008). —A ilusão reformista, a resposta keynesiana e o papel da social-democracia||

CLAESSENS, Stijn; DEMIRGÜÇ-KUNT, A.; HUIZINGA, H. (1998). — How Does Foreign Entry Affect Domestic Banking Markets?|| . The World Bank Development Research Group and Center and Department of Economics. Tilburg University Working Paper.

DEMIRGÜÇ-KUNT, A. DETRAGIACHE, E. (1999) Does Deposit Insurance Increase Banking System Stability? An Empirical Investigation|| World Bank Policy

FAMA, E. F. (1965). The Behaviour of Stock-Market Prices. The Journal of Business,

FAMA, E. F. (1970). Efficient Capital Markets: A Review of Theory and Empirical Work. Journal of Finance

FIGUEIREDO, António, Dissertação “A especificidade na actuação dos bancos públicos – o caso da Caixa Geral de Depósitos” (ISCTE, 2009),

KEYNES, J. M. (1937). The “Ex-Ante” Theory of the Rate of Interest, The Economic Journal, Vol. 47, No. 188 (Dec., 1937), pp. 663-669.

KEYNES, J. M. (2008) [1st. Pub. 1936]. *The General Theory of Employment, Interest and Money*, BNPublishing.

LAINS, Pedro (2002). —História da Caixa Geral de Depósitos 1990-2010 – Política e Finanças no Liberalismo Português|| . Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

LA PORTA, R., LOPEZ-DE SILANES, F., SHLEIFER, A., and VISHNY, R. W. (1999). The quality of government. Journal of Law, Economics and Organization

MORTÁGUA, Mariana - Dissertação “*The role of Caixa Geral de Depósitos in the recent economic crisis (2007-2011): Does Public ownership make a difference?*”(ISCTE, 2011)

MEGGINSON, William L. (2004). —The Economics of Bank Privatization|| . Revised Draft of Working Paper prepared for the Conference on Bank Privatization in Low and Middle Income Countries, Sponsored by the Finance Division of the Development Research Group of The World Bank

MICCO, Alejandro; PANIZZA, U. (2006). —Bank Ownership and Lending Behaviour|| . Central Bank of Chile. Working Paper

SAPIENZA, P. (2004). The Effects of Government Ownership on Bank Lending. *Journal of Financial Economics*, Elsevier, vol. 72 (2)

SHLEIFER, A., (1998). State versus Private Ownership, *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 12

STIGLITZ, Joseph (1998). —More Instruments and Broader Goals: Moving Toward the Post-Washington Consensus|| . Speech in the Conference of The World Bank Group in Helsinki, Finland.

STIGLITZ, Joseph (2000); —Economics of the Public Sector”. W.W. Norton & Company. 3<sup>rd</sup> Edition.

VERBRUGGE, J. A.; MEGGINSON, W. L.; OWENS, W.L. (1999). —State ownership and the financial performance of privatized banks: an empirical analysis|| . Working Paper presented at the World Bank/Federal Reserve Bank of Dallas Conference on Banking Privatization.

YEYATI, E. L.; MICCO, A.; PANIZZA, U. (2004). —Should the government be in the banking business?|| . The role of state-owned and development banks|| . Inter American Development Bank.

YEYATI, E. L.; MICCO, A.; PANIZZA, U. (2005). —State-Owned Banks Do They Promote or Depress Financial Development and Economic Growth?|| . Background paper prepared for the conference on Public Banks in Latin America: Myths and Reality Inter-American Development Bank.

## **10. Anexos**

### **Argumentos favoráveis á existência de bancos públicos.**

#### **Papel estabilizador na concessão de crédito.**

O sistema financeiro caracteriza-se como ferramenta indispensável para o progresso de uma economia de mercado, sendo certo que a existência de um sistema de crédito estruturado e eficiente é premissa indispensável para o desenvolvimento económico e, por consequência, social. A importância da concessão de crédito é apontada por Keynes e Kalecki, fundadores do estudo da macroeconomia, os quais entendem que, numa economia de mercado desenvolvida, empresários e consumidores podem gastar conjuntamente acima de suas receitas correntes, desde que haja um sistema de crédito.

Segundo Micco et al (2006), os bancos privados, através do mecanismo de concessão de crédito, reagem de forma mais vincada em situações de recessão económica, diminuindo fortemente a concessão, podendo amplificar o efeito dos respectivos ciclos de negócio. O autor ainda acrescenta, que os bancos privados tendem a reagir exageradamente a uma política monetária contra cíclica (pense-se numa política contraccionista) pois não internalizam na sua actuação que o aumento, moderado e controlado, da concessão de crédito pode contribuir para retirar a economia da recessão. Contudo, Yeyati et al (2005) defende que, apesar de se poder reportar ao Estado a possibilidade de minimizar este tipo de ocorrências com garantias e/ou subsídios aos bancos privados, estas ações levam o seu tempo a produzir efeitos e necessitam de uma ação legislativa forte. É importante salientar que o nível de concessão de crédito dos bancos públicos não está tão dependente das fases do ciclo económico como os bancos privados, o que faculta manter uma tendência constante desse mesmo nível ao longo do tempo. Yeyati et al (2005) resume as 3 razões que justificam o poder estabilizador de crédito dos bancos públicos:

- i) O Estado internaliza a necessidade de um cenário macroeconómico mais estável e delega como principal objetivo do banco público a estabilização na concessão de crédito;
- ii) o cenário de falência é muito mais provável nas fases de recessão e os agentes económicos acreditam que os bancos públicos são mais seguros que os privados;
- iii) uma menor reação ao ciclo está relacionada com a falta de incentivo na busca de lucro por parte dos responsáveis dos bancos públicos, ou seja, não procuram proactivamente oportunidades de crédito em fases de expansão do ciclo económico e não diminuem

drasticamente a concessão de crédito em fases de recessão do ciclo económico (o que se verifica na actuação dos bancos privados).

### **Papel estruturante de saneamento do sistema bancário**

Tendo em conta que os bancos públicos detêm uma gestão mais próxima do Estado, assumem uma exigência pela responsabilidade, pelo controlo e manutenção da sanidade do sistema bancário evitando situações de rutura, transmissão e contágio de problemas de uma instituição para outras. Pese embora, o facto do papel das entidades reguladoras e supervisoras na condução desta responsabilidade, os bancos públicos dispõem de mecanismos de sinalização que lhes permite uma actuação e acompanhamento mais próximo e direto. Yeyati et al (2005) enuncia os moldes de actuação:

a) na capacidade de fornecerem um clima de segurança e estabilidade através do seu carácter de fonte quase inesgotável de liquidez e, conseqüentemente, de prestador de último recurso para todas as outras instituições de crédito e demais instituições financeiras;

b) na sinalização forte e indispensável na condução e aplicação da política económica, financeira e monetária, na medida em que, a sua relação mais próxima com o Estado permite-lhes uma internalização mais rápida das decisões de política a seguir e, conseqüentemente, da sua respectiva implementação no mercado.

Para além da robustez e a rigidez que caracteriza sector bancário, a vulnerabilidade á volatilidade do mercado representa uma condicionante imprevisível no exercício da atividade uma vez que reage estocasticamente aos eventos (sinais). Por consequência, as alterações de procedimentos das instituições com maior expressão de quota de mercado no seio do sistema bancário acabam por influenciar os comportamentos das demais. Deste modo, os bancos públicos detêm, dadas as suas faculdades próprias, uma maior capacidade de influência sobre as demais instituições e sobre as próprias políticas do sector bancário, principalmente devido ao teor da sua actuação que deverá servir de exemplo para os diversos agentes económicos do sector.

### **Correção de falhas de mercado devido à presença de informação assimétrica**

Trata-se de um fator incontornável, presente nos mercados financeiros, com maior incidência no sector bancário, uma vez que estabelecem intensas trocas de informações.

Com base em Barbosa (1997) e Yeyati et al (2005), é importante ressaltar que o facto de determinados agentes económicos não estarem dispostos a despendere recursos na procura de informação deriva da reduzida dimensão dos seus interesses no banco (ex.: depósitos), ou seja, mesmo em casos onde a informação está disponível para o processo de tomada de decisão, existem agentes individuais de menor dimensão que não possuem os incentivos ou competência necessária para a recolha de informações sobre a qualidade dos activos, a adequação do capital e o tipo de intervenção na gestão do próprio banco. Segundo Yeyati et al (2005), e tendo presente que a informação recolhida pelos agentes económicos no seio do sector bancário influencia as suas decisões de investimento, de concessão de crédito e sua actuação comercial e social e, de forma a evitar que os custos de transação e aquisição retirem o incentivo à recolha de informação, provocando um desfasamento entre o banco e o cliente. Neste contexto, cabe ao banco público, com a sua responsabilidade de implementar boas práticas e modelos a seguir para as outras instituições, a promoção e a disponibilização de informação minimamente necessária aos agentes económicos.

Atendendo ao contexto, e por motivos que derivam da própria natureza da atividade bancária, além da falta de incentivo à recolha de informação, os clientes dos bancos são vulneráveis a fenómenos de falha de mercado que derivam da informação assimétrica: a Seleção Adversa e o Risco Moral.

Com base em Stiglitz (2000), a Seleção Adversa está associada a situações onde, numa transação, uma das partes não possui toda a informação relevante face a outra, provocando assim com que a parte menos informada tome decisões que lhe são desfavoráveis no decorrer dessa determinada transação. Por outro lado, o Risco Moral, também está associado a falta de informação entre as partes numa transação, consubstancia-se numa relação entre o Agente (banco) e o Principal (cliente), onde o risco existente num contrato entre ambos está suportado na possibilidade de alteração de comportamento por parte do Agente sem que o Principal possua forma de controlar essa alteração. Ou seja, os indivíduos após a contratação de um determinado serviço, podem sentir-se menos acompanhados pelo Banco devido ao facto deste último ter cumprido o seu objetivo comercial (fecho da transação). É notória uma lacuna ao nível da monitorização e acompanhamento que é prestado ao agente económico individual após a aquisição de determinado produto bancário (ex.: fundos de investimento, crédito) pelo que se torna necessário a implementação de um processo de acompanhamento adequado e de carácter regular, de forma a possibilitar ao agente individual, a qualquer

momento, desde que devidamente identificado por ambas as partes, aferir do estado do produto e/ou serviço que subscreveu após o fecho da transação.

### **Instrumento ao serviço do Estado para a aplicação de políticas e boas práticas no seio da sociedade**

#### **Extensão de serviços bancários competitivos para residentes em áreas isoladas ou menos acessíveis**

Após os estudos de viabilidade financeira, económica e de eficiência os bancos privados podem recusar a abertura de agências e ramos da sua atividade bancária em zonas rurais e áreas mais isoladas. Esta decisão decorre de uma análise onde os custos fixos e os custos de manutenção que derivam da implementação deste tipo de serviços bancários podem não ser compensados pelo tipo e quantidade de população que abrangem.

Deste modo, e por intermédio dos bancos públicos, a intervenção estatal traduz-se numa garantia de acesso de serviços bancários a residentes em áreas isoladas ou menos acessíveis, pois o acesso a este tipo de serviços por toda a população é um direito que deve ser assegurado e garantido. Na implementação destes serviços naquelas localidades, os bancos públicos promovem a criação de externalidades positivas às respectivas regiões nomeadamente no campo do seu próprio desenvolvimento social e económico (criação de emprego, inovação tecnológica e de capital humano, melhoria de infraestruturas, entre outras).

#### **Financiamento de projetos socialmente desejáveis mas financeiramente pouco rentáveis**

Andrews (2005) refere que os bancos públicos desempenham um papel extremamente relevante ao atuarem ao nível da compensação de imperfeições de mercado que resultam do financiamento de projetos financeiramente poucos atrativos ou até mesmo prejudiciais, mas com relevância e impactos fundamentais de âmbito social.

Denota-se que os bancos privados manifestam pouco incentivo na orientação do financiamento de projetos que apesar de terem capacidade para produzir externalidades socialmente positivas ou desejáveis, não proporcionam condições de rentabilidades e retorno aliciantes e atrativas, sendo maior na parte compostos por investimentos avultados, riscos elevados e períodos extenso de gestação, o que afastam os investidores privados, tipicamente motivados por lucros seguros e de curto prazo. Deste modo, a existência de um banco público poderá constituir uma garantia de redirecionamento de investimento para compensar as

imperfeições de mercado relacionadas com projetos socialmente eficientes e proveitosos mas financeiramente pouco atrativos e que de outra forma seriam absolutamente ignorados.

### **Argumentos desfavoráveis à existência de bancos públicos**

#### **Ineficiência económica**

Reconhece-se a dificuldade de se avaliar empiricamente a eficiência dos bancos públicos, em função de suas múltiplas funções para além de um simples banco comercial. Mas ainda assim entende-se ser importante buscar criar instrumentos de avaliação de algumas dimensões da eficiência dos bancos públicos, que possam inclusive dar subsídios para avaliar políticas públicas e o papel dos mesmos.

Com base no Megginson (2004), a ideia de ineficiência económica, vulgarmente apontada às instituições e empresas públicas, é sustentada em três argumentos teóricos: i) Agência: os responsáveis das empresas estatais possuem menos incentivos na sua actuação, dado não serem os seus proprietários, e, conseqüentemente, não perseguem de forma tão vincada a maximização do lucro e a diminuição dos custos; ii) Andar à Boleia: as empresas estatais estão menos expostas à monitorização pelos seus responsáveis devido a uma ação coletiva problemática que consiste na falta de incentivo por parte dos responsáveis pela monitorização (os custos são suportados pelo mesmo patrão, o Estado) e devido à inexistência de métodos efetivos de controlo; iii) Restrições Suaves de Orçamento: não é possível associar a ideia de falência a uma situação de pior performance por parte de uma empresa estatal. Estas empresas enfrentam restrições muito suaves de orçamento pois podem sempre recorrer ao financiamento do Estado e reorganizar as suas finanças. Este constitui um incentivo adicional para que as empresas públicas sejam mal geridas.

No que diz respeito aos bancos públicos, discute-se a sua ineficiência para o sistema pelo problema de agência dos funcionários associando ao conceito de impossibilidade de falência devido ao facto da sua estrutura de propriedade (Estado). Porém, importa referir que os argumentos acima descritos são extensivos e passíveis de se verificar na gestão dos bancos privados.

#### **Influência política na sua gestão**

Este, representa inequivocamente o argumento mais desfavorável no exercício da atividade bancária citado pela maioria dos autores.

Em contraste no que se verifica nos preceitos da iniciativa privada, as decisões públicas são vincadas pela força dos grupos de interesses e não postuladas na eficiência económica, onde, com base em Andrews (2005) a existência de informação assimétrica no próprio sistema bancário e a falha de mercado, representam instrumentos que conduzem ao eventual disfarce das motivações políticas. O autor acrescenta ainda, que os bancos públicos constituem uma ferramenta que permite ocultar uma classe de problemas que normalmente surgem em tempos de crise e ainda podem ser utilizados como um veículo de resolução de crises (absorvendo maus empréstimos de bancos reestruturados) ou constituir um instrumento de distribuição imediata de subsídios (escondendo o seu custo fiscal e ultrapassando as restrições da política económica) a sectores politicamente sensíveis particularmente atingidos pela crise.

### **Distorção da concorrência e vantagens competitivas**

Sendo o Estado, o acionista maioritário, concede ao banco público melhores condições de financiamentos e liquidez no mercado monetário e interbancário através da notação atribuída pelas agências de *rating*<sup>7</sup> internacionais.

Torna-se peremptório e desejável que a fruição do *rating* pelo banco público seja destinada á utilização de carácter social mais responsável (concretamente em projetos de interesse nacional) e a uma utilização de intervenção no mercado bancário em situações de crise. Porém quando não se verifica o pressuposto acima, o usufruto do *rating* público assume-se como uma condição mais favorável que acaba por comprometer a livre concorrência no mercado bancário, constituindo uma vantagem comparativa face aos seus concorrentes.

### **Influência limitativa para o crescimento económico**

Este ponto remete-nos a recuar no tempo e no espaço da história, onde se evidenciou o domínio do banco privado, que por sua vez conduzir ao registo de uma maior expectativa de crescimento económico.

Segundo La Porta et al (2000), o facto de o Estado ter detido bancos públicos durante certos períodos da história mundial, nomeadamente entre os anos 70 a 90, provocou um desenvolvimento mais lento do sistema financeiro e um menor crescimento económico. Com base no seu estudo, avança com a possibilidade da propriedade pública de bancos, em certas economias menos desenvolvidas, ter provocado uma influência negativa à possibilidade de

---

<sup>7</sup> Consiste na atribuição, a uma empresa ou entidade, de uma classificação ou notação em termos da sua capacidade em corresponder aos seus compromissos financeiros. Esta classificação pode também ser atribuída individualmente a uma dada emissão de títulos.

crescimento económico (em comparação com outras que, na época e devido às privatizações, deixaram de ter um peso estatal no sector bancário tão evidente). Deste modo, e em contraponto com outros autores como Andrianova et al (2002), La Porta et al (2000), demonstra que a propriedade pública de bancos tem um impacto negativo no comportamento de diversas variáveis económicas e, conseqüentemente, na viabilidade de crescimento económico da própria economia.

Em oposição ao pensamento keynesiano, La Porta et al (2000) avança, em sintonia com Barth et al (2002), que o domínio estatal de bancos ou outras empresas não possui nenhum efeito significativo no crescimento de sistemas financeiros desenvolvidos, apesar de serem estes os sistemas mais bem preparados para lidar com a existência de bancos públicos (avança com a possibilidade estarem melhor preparados em caso de distorções de bancos públicos).

Salienta-se o pronunciado do Banco Mundial (2001), no qual enfatiza o impacto negativo e má influência dos bancos públicos no desempenho económico de determinados sistemas, principalmente devido à forma pouco correta de alocação de crédito que deriva, uma vez mais, da elevada influência política.

## **Caracterização do Sistema Financeiro**

### **Período pré-liberalização**

De acordo com o estudo levado ao cabo pelo Banco de Portugal (A Economia Portuguesa no Contexto da Integração Económica, Financeira e Monetária, 2009) os bancos portugueses desenvolveram a sua atividade num ambiente regimentar restritivo até aos anos 90 sob o acordo de *Bretton Woods*. Estava assente no presente acordo que os países signatários concordaram em manter a taxa de câmbio fixa face ao dólar norte-americano, o qual, por sua vez, era convertível em ouro a uma paridade fixa. Após o colapso do sistema de *Bretton Woods* em 1973 e até ao início dos anos 80, uma parcela significativa do sistema bancário permanecia sob controlo acionista do Estado, enquanto o conjunto do sistema se encontrava sujeito a fortes restrições regulamentares.

Destacam-se as limitações explícitas ao conjunto das operações permitidas às instituições de crédito na sua atividade com residentes, as barreiras administrativas à entrada de novas instituições, especialmente de capital estrangeiro, e à respectiva internacionalização. Registou-se uma limitação assinalável das actividades internacionais, em que se resumia à

liquidação das operações de comércio internacional e de investimento direto estrangeiro, num contexto em que persistiam restrições fortes aos fluxos de capital

Porém, assistiu-se no início dos anos 80, um movimento generalizado no sentido da liberalização e privatização no sector bancário (e no sistema financeiro em geral, incluindo o levantamento das restrições ao movimento internacional de capitais), refletindo, no caso europeu, o compromisso político para a criação de um Mercado Único de bens e serviços e o reconhecimento de que a existência de barreiras à concorrência e o envolvimento do Estado no sistema bancário enquanto acionista conduziam à ineficiência económica.

### **Processo de privatizações**

A liberalização do sistema bancário português foi relativamente tardia quando comparada com outros países da União Europeia, refletindo, designadamente, a nacionalização de praticamente todos os bancos em 1975, no seguimento da revolução de 1974, e a subsequente instabilidade macroeconómica.

O processo de privatizações no sistema bancário português teve início em 1989 e decorreu a um ritmo notável. As privatizações e a transição gradual da condução da política monetária para um regime baseado na utilização de instrumentos de mercado tendo em vista controlar as taxas de juro de curto prazo no mercado monetário (quando anteriormente os instrumentos utilizados consistiam no controlo direto do crescimento do crédito e em taxas de juro fixadas administrativamente) desempenharam um papel crucial na liberalização do sistema financeiro português.

Registou-se uma diminuição da quota de mercado dos bancos públicos em termos de activos totais de cerca de 74 por cento em 1990 para cerca de 24 por cento em 1996, permanecendo estável desde então, corresponde à Caixa Geral de Depósitos, grupo bancário detido pelo acionista Estado.

Durante os anos 90, denotou-se a presença de alguns bancos estrangeiros a operarem no mercado português, com uma quota de mercado conjunta que aumentou de 3 por cento em 1991 para 7 por cento em 1999. Entre esses bancos encontravam-se filiais e sucursais de grandes bancos mundiais com sede em outros países europeus, tais como o *Barclays Bank*, o *Banco Bilbao Vizcaya*, o *Crédit Lyonnais*, o *Deutsche Bank* e o *Banco Santander*.

O aumento da quota de mercado dos bancos não-domésticos em 2000 (ao deterem 9 por cento da quota de mercado) foi consubstanciado, pela aquisição de um banco doméstico com

alguma dimensão na esfera do mercado nacional - Banco Totta & Açores - por parte do grupo *Santander*. Registou-se um aumento da concentração do sistema bancário português e uma tendência assinalável para a consolidação no sector.

### **Integração Financeira**

Segundo o Relatório Delors, para a materialização da União Monetária, existiam três fases de crescente compromisso que conduzissem à convergência nominal dos países participantes.

A Fase I teve o seu início em 1990, exigindo a liberalização total dos movimentos de capital, sendo que foi permitido que alguns países que ainda se debatiam com problemas no controlo da inflação (nos quais se incluía Portugal) pudessem adiar essa decisão.

A Fase II começou em 1994, com a criação do Instituto Monetário Europeu (IME), uma instituição que daria origem ao Banco Central Europeu e que tinha como funções o acompanhamento das políticas nacionais no sentido de garantir a respectiva convergência e a viabilidade da área do euro. A Fase III poderia ser iniciada apenas com uma minoria de países que cumprissem os critérios definidos anteriormente. Este processo envolveu a modernização dos instrumentos de política monetária no sentido de substituir os limites de crédito por operações de mercado, a alteração do regime de reservas de caixa dos bancos e a reforma da Lei Orgânica do Banco de Portugal, no sentido de reforçar a sua independência e limitar as possibilidades de financiamento monetário do sector público.

No que diz respeito à dimensão *preço* da integração financeira portuguesa no contexto europeu, um dos aspetos mais salientes foi a convergência das taxas de juro para os níveis mais reduzidos de entre os observados nas economias que viriam a participar na área do euro. Este aspecto marcou a transição da economia portuguesa para um novo regime caracterizado por taxas de juro mais baixas e menos voláteis, sendo um elemento importante no estabelecimento do mercado único de serviços financeiros.

### **Evolução do Sistema Financeiro**

O sistema bancário que adveio do processo de liberalização é relativamente concentrado e progrediu rapidamente na adoção de tecnologias promotoras de maior produtividade.

Registou-se o aumento da concorrência entre bancos, refletindo-se em margens mais reduzidas, após um período de ajustamento que se seguiu às privatizações, ao processo de consolidação e às alterações no controlo acionista entre as maiores instituições.

A participação na área do euro trouxe grandes vantagens ao regime económico, como a diminuição das taxas de juro nominais (e reais) e menor volatilidade, implicando um aumento do nível de equilíbrio da dívida bruta dos agentes económicos privados, ao induzir uma perceção de que as menores restrições de liquidez prevaleceriam inter-temporalmente.

A participação ativa dos bancos nos mercados internacionais de financiamento fomentou a procura de crédito, que foi satisfeita através do mercado interbancário, papel comercial, obrigações de médio e longo prazo, obrigações hipotecárias e de titularização.

O forte crescimento agregado do crédito concedido às sociedades não financeiras desenvolveu-se num contexto de ambiente económico estável com maiores oportunidades nos mercados de bens e serviços, em conjugação com o alargamento da disponibilidade de crédito intermediado pelos bancos nos mercados internacionais de dívida

As informações reais disponíveis até ao presente momento permitem avançar que os bancos portugueses se ajustaram bem ao contexto financeiro desfavorável que têm enfrentado, devido não só à capacidade que têm exibido para continuar a financiar a economia mas também para atrair capital junto dos investidores.

### **Recente Crise Financeira**

As fortes e violentas turbulências registadas nos mercados ao nível mundial explicitam uma crise financeira, monetária e económica de graves proporções. Iniciada no sector do mercado hipotecário Subprime nos Estados Unidos de América, a crise alastrou-se com rapidez por todo o setor financeiro da economia norte-americana e atingiu conseqüentemente a escala mundial. A presente crise apresenta constrangimentos profundos e transversais nos demais sectores que articulam o funcionamento da economia global, desde logo, por condicionar o acesso ao crédito interbancário, por aumentar a exposição ao risco o que condiciona por sua vez a retração do consumo por parte dos particulares e a performance das empresas (falta de liquidez), que implica em muitos casos o encerramento e os conseqüentes despedimentos.

Tabela 16 - Instituições Financeiras que operavam em 1999<sup>8</sup>

Instituições	Novas Designações/Transformações
BANIF - Banco Internacional do Funchal	Banco Internacional do Funchal em Banif - SGPS
BARCLAYS	Barclays Bank
BBVA- Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.
BCA - Banco Comercial dos Açores	Banco Internacional do Funchal em Banif - SGPS
BCP- Banco Comercial Português	Millennium BCP
BES – Banco Espírito Santo	Grupo BES
BIC - Banco Internacional de Crédito	Banco Consolidante - BES
BNC - Banco Nacional de Crédito Imobiliário	Banco Popular Portugal
BNP PARIBAS	
BNU - Banco Nacional Ultramarino	Grupo Caixa Geral de Depósitos
BOSTON	
BANCO BPI - Banco Português do Investimento	Banco Português do Investimento
BPN - Banco Português de Negócios	
BSN- Banco Santander de Negócios	Banco Consolidante - Banco Santander Totta
BTA - Banco Totta & Açores	Banco Santander Totta
CCCAM - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	
CGD – Caixa Geral de Depósitos	Grupo Caixa Geral de Depósitos
C L – Crédit Lyonnais	
CPP- Crédito Predial Português	Banco Santander Totta
DEUTSCHE BANK	Banco Deutsche Bank (Portugal) SA
FINANTIA	Banco Finantia
FINIBANCO	Finibanco, S.A
IMI BANK SAMPAOLO	
INTER BANCO	Banco Santander Consumer Portugal, S.A.
ITAÚ - Banco Itaú Europa	Banco Itaú BBA Internacional, SA
MADESANT	
Montepio Geral	Montepio Geral Caixa Económica Montepio Geral
SANTANDER	Banco Santander Totta

<sup>8</sup>Fonte: Associação Portuguesa de Bancos (APB)

Tabela 17- Instituições Financeiras que operavam em 2010<sup>9</sup>

Instituições financeiras	Designação do Grupo para efeitos de apresentação de contas consolidadas
Banco BIC Português, S.A.	
Banco BPI, S.A. Grupo BPI	Grupo BPI
Banco Português de Investimento, S.A.	
Banco Comercial Português, S.A.	Grupo Banco Comercial Português
Banco ActivoBank, S.A.	
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	
Banco Espírito Santo, S.A.	Grupo Banco Espírito Santo
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.	Grupo Banco Espírito Santo de Investimento
Banco Espírito Santo dos Açores, S.A.	
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	
Banco Finantia, S.A.	Grupo Banco Finantia
Banco Invest, S.A.	Grupo Banco Invest
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	Banif SGPS, S.A.
Banif - Banco de Investimento, S.A.	Grupo Banif – Banco de Investimento
Banif Mais, S.A.	
Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	Grupo Crédito Agrícola
Caixa Económica Montepio Geral	Grupo Caixa Económica Montepio Geral
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Grupo Caixa Geral de Depósitos
Caixa - Banco de Investimento, S.A.	Grupo Caixa – Banco de Investimento
Finibanco, S.A.	Finibanco – Holding, SGPS, S.A.

Fonte: Associação Portuguesa de Bancos (APB)

Tabela 18 - Instituições Financeiras - Filiais em 2010

Instituições financeiras	Designação do Grupo para efeitos de apresentação de contas consolidadas
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.	Grupo BBVA (Portugal)
Banco Itaú Europa, S.A.	Grupo Itaú Europa
Banco Popular Portugal, S.A.	Grupo Banco Popular Portugal
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Santander Consumer Portugal
Banco Santander Totta, S.A.	Santander Totta, SGPS, S.A.
Deutsche Bank (Portugal), S.A.	Grupo Deutsche Bank (Portugal)

Fonte: Associação Portuguesa de Bancos (APB)

<sup>9</sup> Fonte: Associação Portuguesa de Bancos (APB)

Tabela 19 - Instituições Financeiras - Sucursais em 2010

Instituições financeiras	Designação do Grupo para efeitos de apresentação de contas consolidadas
Barclays Bank PLC – Sucursal em Portugal	Grupo Barclays Bank (Portugal)
BNP Paribas – Sucursal em Portugal	
Fortis Bank – Sucursal em Portugal	

Fonte: Associação Portuguesa de Bancos (APB)

Ilustração 1 - Organograma do Grupo CGD



**Dados relativos ao ano 1999**

Anexo-Dados Relativos ao 1999-Tabela 1

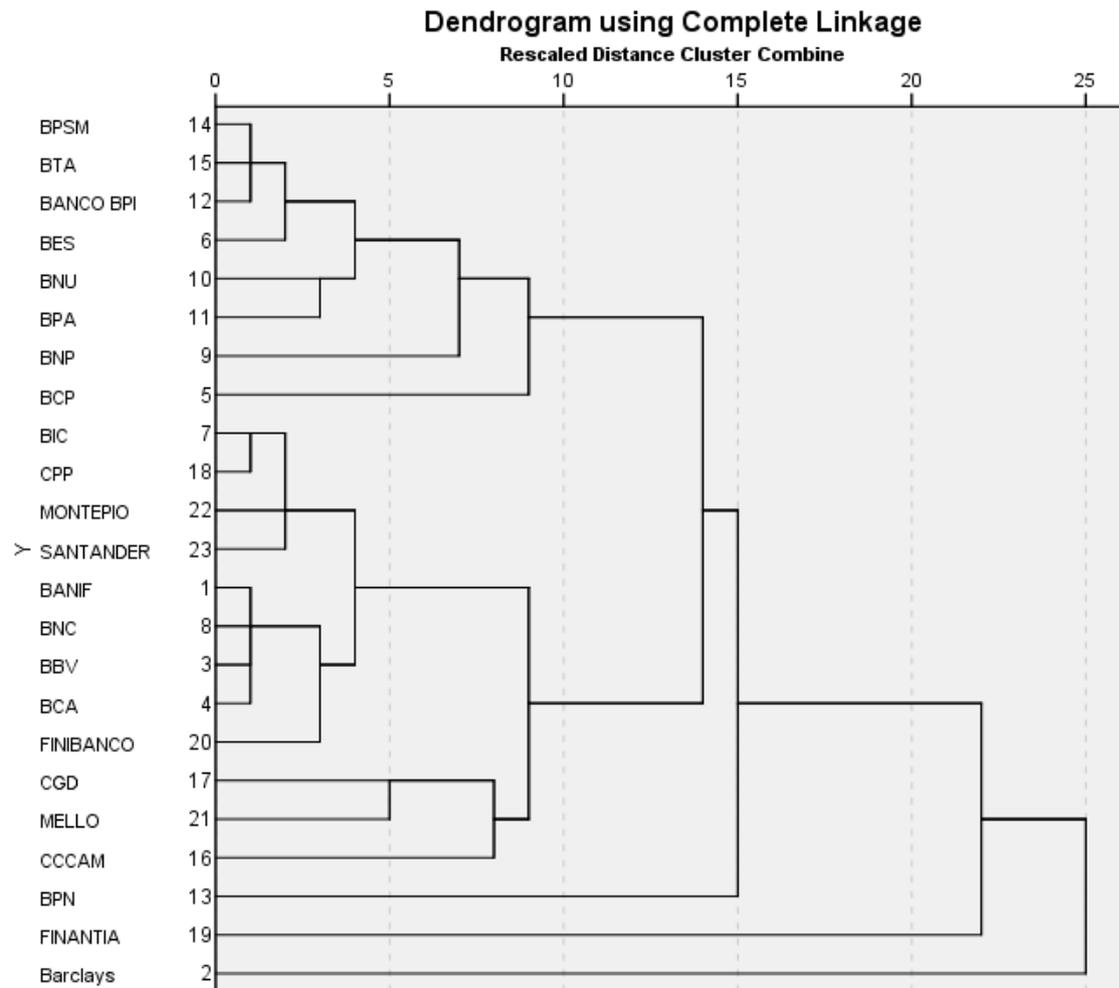
Descriptive Statistics			
	Mean	Std. Deviation	N
Risco	,0210473	,01248428	23
Solvabilidade_Bruta	,0530104	,02046517	23
Cost_Income	,4554666	1,14979463	23
Rendibilidade_Activo	,0057546	,00315998	23
Relevancia_Cliente	,6545054	,19987979	23
Transformacao	1,0953119	,33994823	23
Estrutura_Activo	,6610997	,17880318	23
Taxa Aplicações	,0563588	,01205031	23
Taxa Recursos	,0317668	,01115210	23
Peso_OutroRendimento_PB	,3769232	,36393643	23
ActivoNegocicao_AF	,1314317	,10779177	23
Taxa_crescimentocredito	,7906134	1,45130911	23
Quotamercado_credito	,0378334	,04573749	23

Anexo-Dados Relativos ao 1999-Tabela 2

Agglomeration Schedule						
Stage	Cluster Combined		Coefficients	Stage Cluster First Appears		Next Stage
	Cluster 1	Cluster 2		Cluster 1	Cluster 2	
1	17	18	1,662	0	0	5
2	1	4	1,944	0	0	6
3	10	11	2,315	0	0	7
4	2	3	2,595	0	0	6
5	16	17	4,281	0	1	8
6	1	2	4,350	2	4	11
7	10	12	6,269	3	0	10
8	14	16	7,065	0	5	12
9	6	8	7,114	0	0	14
10	10	13	7,216	7	0	13
11	1	5	11,397	6	0	16
12	14	15	14,964	8	0	15
13	10	20	16,201	10	0	17
14	6	7	17,503	9	0	18
15	14	19	27,262	12	0	17
16	1	9	27,509	11	0	18
17	10	14	29,945	13	15	19
18	1	6	33,039	16	14	19
19	1	10	53,995	18	17	20

20	1	22	59,562	19	0	21
21	1	23	88,191	20	0	22
22	1	21	96,346	21	0	0

Ilustração 2- Dendrograma 1999



Anexo-Dados Relativos ao 1999-Tabela 3

1	N	Valid	9
		Missing	0
2	N	Valid	11
		Missing	0
3	N	Valid	1
		Missing	0
4	N	Valid	1
		Missing	0
5	N	Valid	1
		Missing	0

Anexo-Dados Relativos ao 1999-Tabela 4

Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4	Cluster 5
BANIF	BANCO BPI	Barclays	BPN	FINANTIA
BBV	BCP			
BCA	BIC			
BES	BNP			
BNC	BNU			
CCCAM	BPA			
CGD	BPSM			
FINIBANCO	BTA			
MELLO	CPP			
	MONTEPIO			
	SANTANDER			

Anexo-Dados Relativos ao 1999-Tabela 5

Variáveis	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4	Cluster 5
Risco	,0231952	,0202611	,0084804	,0036662	,0403127
Solvabilidade_Bruta	,0610354	,0412006	,0374173	,0609865	,1183096
Cost_Income	,7099241	,6749553	-4,7988514	,6978206	,7629371
Rendibilidade_Activo	,0056397	,0051297	,0036320	,0088595	,0126812
Relevancia_Cliente	,7919371	,5661371	,3999764	,8941679	,4045370
Transformacao	,9393377	1,2664014	1,2887552	,7887413	,7302225
Estrutura_Activo	,7214858	,6690001	,3749303	,7231593	,2548304
Taxa Aplicações	,0630078	,0517887	,0423387	,0448364	,0723315
Taxa Recursos	,0329295	,0292518	,0344983	,0168177	,0611852
Peso_OutroRendimento_PB	,2948501	,3002330	1,9393985	,3253702	,4482517
ActivoNegocicao_AF	,1153481	,1043889	,4714741	,0326545	,3323901
Taxa_crescimentocredito	,5008482	,5296624	1,0471588	7,2747957	-,4717665
Quotamercado_credito	,0393960	,0460855	,0037386	,0035015	,0014227

Anexo-Dados Relativos ao 1999-Tabela 6

Proximity Matrix	
Case	6:CGD
1: BANIF	20,946
2: BBV	26,738
3: BCA	25,415
4: BNC	28,377
5: FINIBANCO	20,129

<b>6:CGD</b>	0,000
<b>7:MELLO</b>	17,503
<b>8:BES</b>	<b>7,114</b>
<b>9:CCCAM</b>	24,533
<b>10:BIC</b>	24,733
<b>11:CPP</b>	27,771
<b>12:MONTEPIO</b>	20,634
<b>13:SANTANDER</b>	32,239
<b>14:BNU</b>	20,909
<b>15:BPA</b>	25,953
<b>16:BANCO BPI</b>	16,252
<b>17:BPSM</b>	<b>9,795</b>
<b>18:BTA</b>	12,861
<b>19:BNP</b>	42,890
<b>20:BCP</b>	19,326
<b>21:Barclays</b>	83,994
<b>22:BPN</b>	53,186
<b>23:FINANTIA</b>	42,662

**Dados relativos ao ano 2010**

Anexo-Dados Relativos ao 2010-Tabela 1

**Descriptive Statistics 2010**

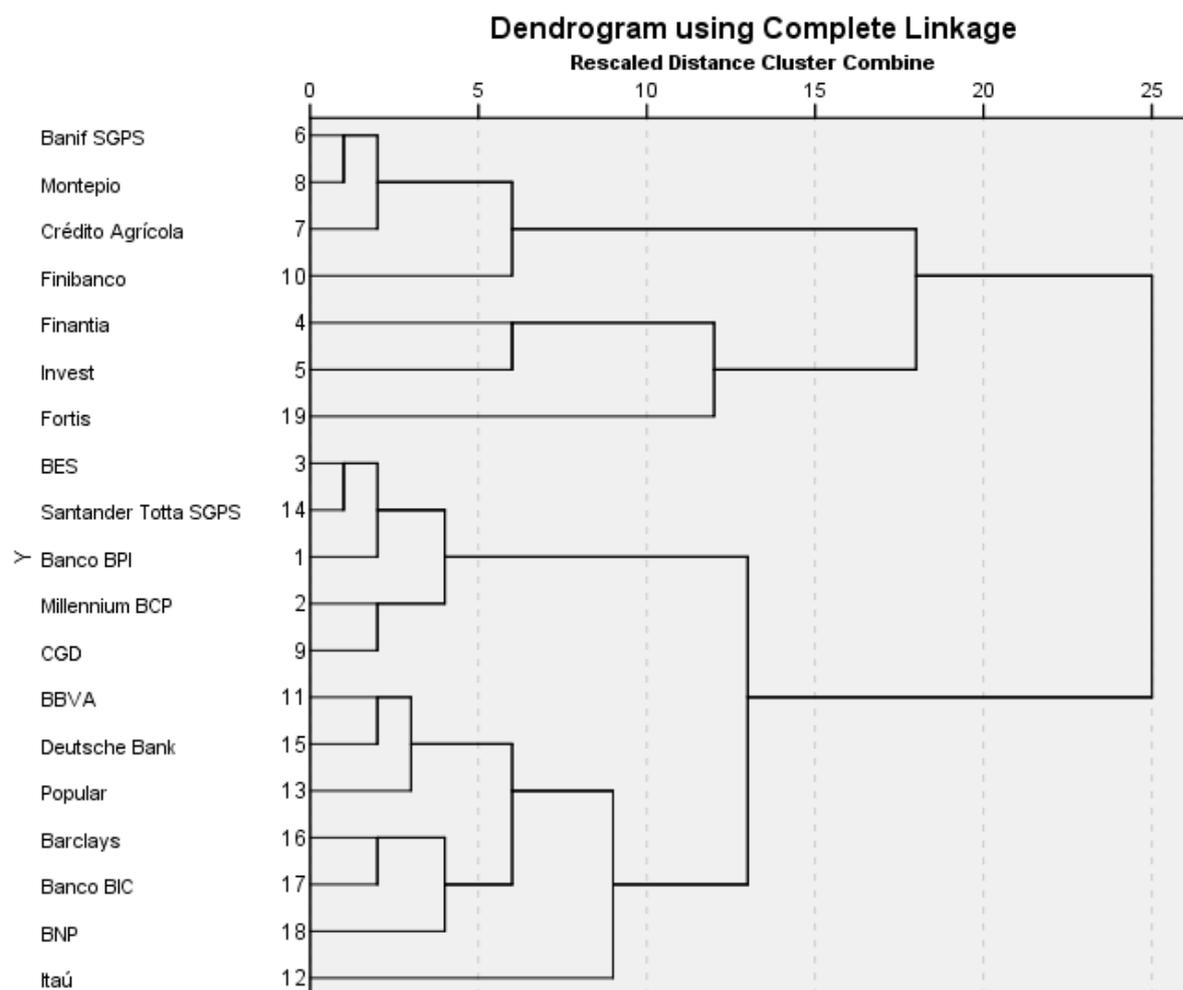
	Mean	Std. Deviation	N
Risco	,0304530	,02035234	19
Solvabilidade_Bruta	,0649245	,03281831	19
Cos_Income	,6041194	,11883957	19
Rendibilidade_Activo	,0026298	,00519599	19
Relevancia_Cliente	,3947127	,22792469	19
Transformacao	2,3260376	1,31943221	19
Estrutura_Activo	,6518977	,18245503	19
Tx_aplicacoes	,0361271	,01562329	19
Tx_Recursos	,0198731	,01018510	19
OutrosRendim_PB	,3730983	,18078944	19
ActivosNeg_AF	,1254697	,08095035	19
Tx_Cresmto_Credito	,1367304	,31465201	19
Quota_Mercado	,0512379	,06899214	19

Anexo-Dados Relativos ao 2010-Tabela 2

**Agglomeration Schedule 2010**

Stage	Cluster Combined		Coefficients	Stage Cluster First Appears		Next Stage
	Cluster 1	Cluster 2		Cluster 1	Cluster 2	
1	6	8	3,087	0	0	7
2	3	14	3,580	0	0	3
3	1	3	6,241	0	2	9
4	11	15	6,640	0	0	8
5	2	9	7,040	0	0	9
6	16	17	7,406	0	0	10
7	6	7	8,382	1	0	11
8	11	13	9,855	4	0	12
9	1	2	13,063	3	5	16
10	16	18	13,164	6	0	12
11	6	10	19,094	7	0	17
12	11	16	20,303	8	10	14
13	4	5	21,196	0	0	15
14	11	12	28,221	12	0	16
15	4	19	38,413	13	0	17
16	1	11	42,199	9	14	18
17	4	6	57,867	15	11	18
18	1	4	80,186	16	17	0

Ilustração 3- Dendrograma 2010



Anexo-Dados Relativos ao 2010-Tabela 3

**Statistics**

Bancos			
1	N	Valid	5
		Missing	0
2	N	Valid	2
		Missing	0
3	N	Valid	4
		Missing	0
4	N	Valid	6
		Missing	0
5	N	Valid	1
		Missing	0
6	N	Valid	1
		Missing	0

Anexo-Dados Relativos ao 2010-Tabela 4

<b>Cluster 1</b>	<b>Cluster 2</b>	<b>Cluster 3</b>	<b>Cluster 4</b>	<b>Cluster 5</b>	<b>Cluster 6</b>
Banco BPI	Finantia	Banif	Banco BIC	Itaú	Fortis
BES	Invest	Crédito Agrícola	Barclays		
CGD		Finibanco	BBVA		
Millennium BCP		Montepio	BNP		
Santander Totta			Deutsche Bank		
			Popular		

Anexo-Dados Relativos ao 2010-Tabela 5

<b>Complete Linkage</b>	<b>Cluster 1</b>	<b>Cluster 2</b>	<b>Cluster 3</b>	<b>Cluster 4</b>	<b>Cluster 5</b>	<b>Cluster 6</b>
<b>Risco</b>	,0263283	,0518141	,0518590	,0147208	,0048310	,0427461
<b>Solvabilidade Bruta</b>	,0660639	,1171248	,0664562	,0362318	,1304445	,0553355
<b>Cost-to-Income</b>	,5537941	,4259944	,6571606	,6596076	,7739790	,4970427
<b>Rendibilidade do Activo</b>	,0048355	,0083079	-,0016063	,0009498	,0078315	,0020688
<b>Relevancia do Cliente</b>	,5071446	,1937986	,6853613	,2436589	,3150616	,0577615
<b>Transformacao</b>	1,5402492	3,4550974	1,2103926	2,8973584	1,7175511	5,6400028
<b>Estrutura do Activo</b>	,7100746	,6010313	,7704709	,6241099	,4953503	,3117277
<b>Taxa de Aplicacoes</b>	,0430867	,0568692	,0469356	,0220248	,0149310	,0224206
<b>Taxa de Recursos</b>	,0301752	,0241398	,0232694	,0112641	,0081692	,0096024
<b>Outros Rendim_PB</b>	,4669410	-,0071979	,3625386	,3944044	,7109046	,2410721
<b>ActivosNegociação_AF</b>	,2029307	,1895073	,0935294	,0823691	,1219241	0,0000000
<b>Taxa_Cresmtto_Credito</b>	,0431194	-,1639247	,0700381	,3637827	,8415691	-,5942869
<b>Quota de Mercado</b>	,1492818	,0012339	,0301633	,0162787	,0054911	,0008273

Anexo-Dados Relativos ao 2010-Tabela 6

<b>Proximity Matrix 2010</b>	
<b>Case</b>	<b>Squared Euclidean Distance</b>
	<b>9:CGD</b>
<b>1:Banco BPI</b>	<b>7,334</b>
<b>2:Millennium BCP</b>	<b>7,040</b>
<b>3:BES</b>	<b>7,015</b>
<b>4:Finantia</b>	58,287
<b>5:Invest</b>	31,848
<b>6:Banif SGPS</b>	17,476
<b>7:Crédito Agrícola</b>	20,729
<b>8:Montepio</b>	<b>11,663</b>
<b>9:CGD</b>	0,000
<b>10:Finibanco</b>	34,732
<b>11:BBVA</b>	27,047
<b>12:Itaú</b>	38,634
<b>13:Popular</b>	17,826
<b>14:Santander Totta SGPS</b>	13,063
<b>15:Deutsche Bank</b>	34,847
<b>16:Barclays</b>	28,664
<b>17:Banco BIC</b>	42,199
<b>18:BNP</b>	37,108
<b>19:Fortis</b>	57,531

**Dados da Análise de Robustez**

- Aplicação integral da metodologia, retirando apenas os bancos que constituem Clusters de um e único banco.

Ano 1999

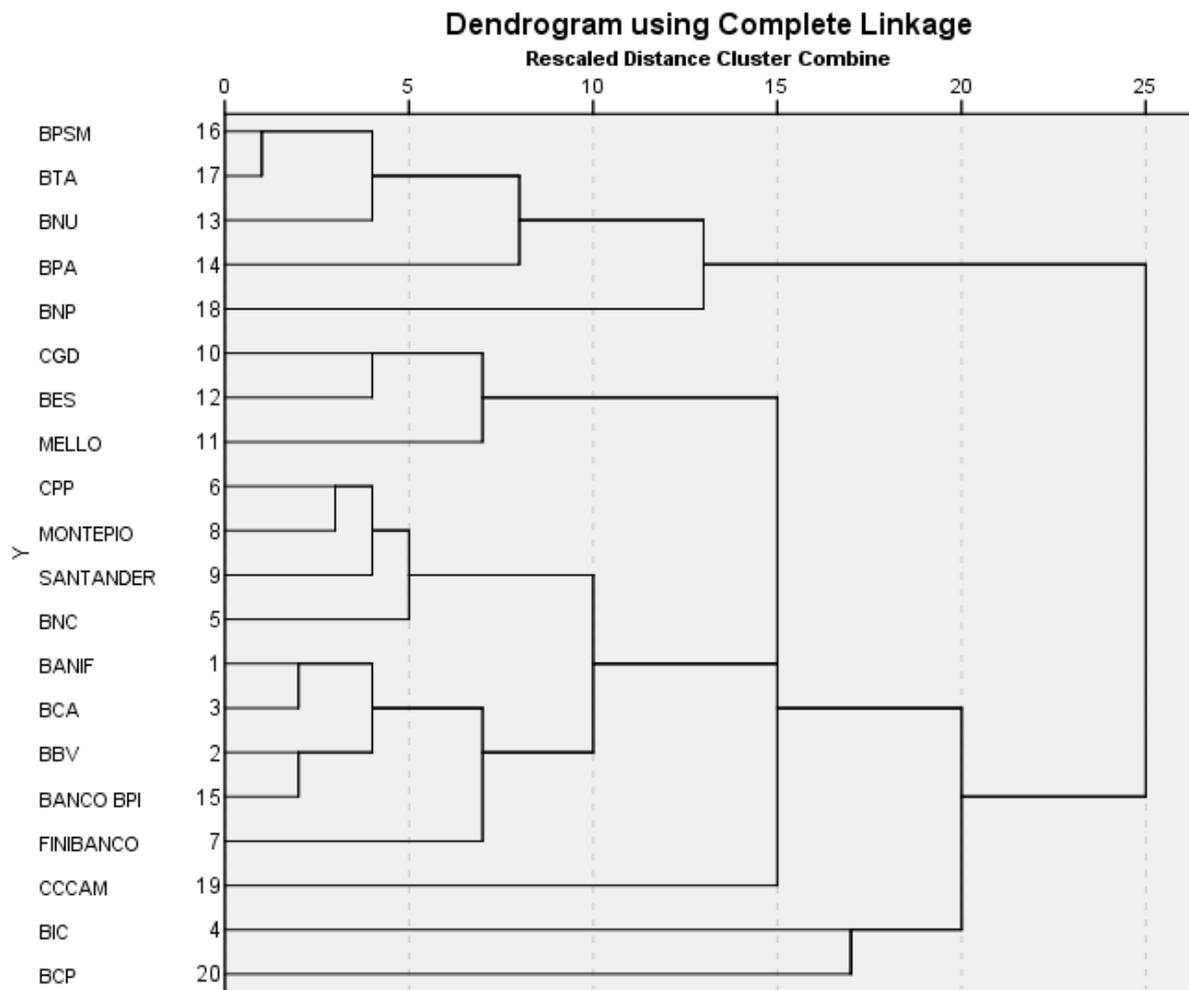
Anexo-Análise de Robustez- Tabela 1

---

<b>Proximity Matrix</b>	
<b>Case</b>	
	10:CGD
<b>1:BANIF</b>	25,683
<b>2:BBV</b>	33,676
<b>3:BCA</b>	30,064
<b>4:BIC</b>	38,742
<b>5:BNC</b>	32,925
<b>6:CPP</b>	32,949
<b>7:FINIBANCO</b>	25,452
<b>8:MONTEPIO</b>	26,030
<b>9:SANTANDER</b>	37,159
<b>10:CGD</b>	0,000
<b>11:MELLO</b>	19,417
<b>12:BES</b>	10,341
<b>13:BNU</b>	24,939
<b>14:BPA</b>	30,865
<b>15:BANCO BPI</b>	20,703
<b>16:BPSM</b>	12,381
<b>17:BTA</b>	15,626
<b>18:BNP</b>	53,219
<b>19:CCCAM</b>	28,187
<b>20:BCP</b>	39,177

---

Anexo-Análise de Robustez- Tabela 2- Dendrograma 1999



Anexo-Análise de Robustez- Tabela 3

| Cluster 1 |
|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Banco BPI | BIC       | BES       | BNU       | BNP       | CCCAM     | BCP       |
| BANIF     |           | CGD       | BPA       |           |           |           |
| BBV       |           | MELLO     | BPSM      |           |           |           |
| BCA       |           |           | BTA       |           |           |           |
| BNC       |           |           |           |           |           |           |
| CPP       |           |           |           |           |           |           |
| FINIBANCO |           |           |           |           |           |           |
| MONTEPIO  |           |           |           |           |           |           |
| SANTANDER |           |           |           |           |           |           |

Ano 2010

Anexo-Análise de Robustez- Tabela 4

---

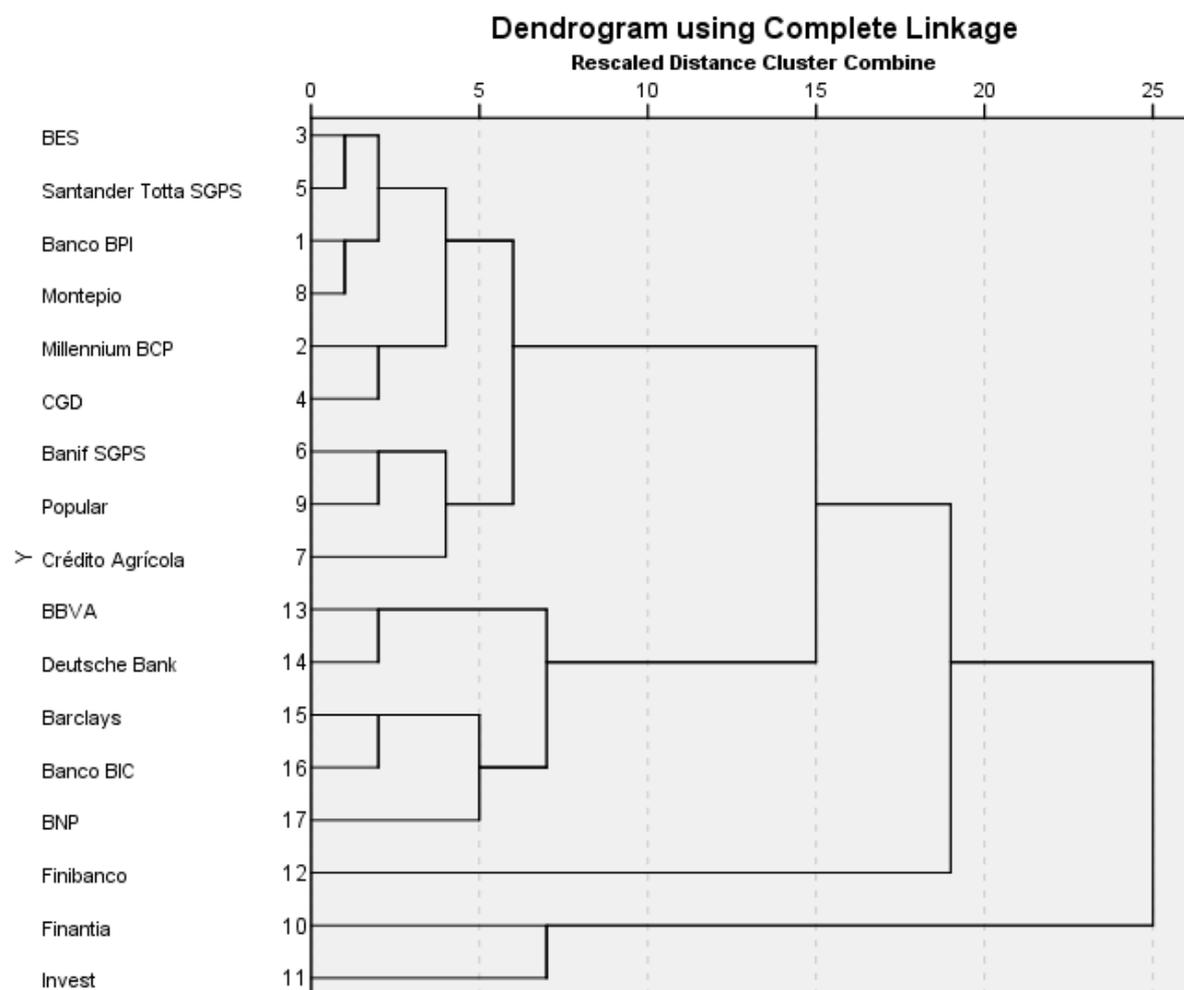
**Proximity Matrix**

**Case**

	<b>4:CGD</b>
<b>1:Banco BPI</b>	<b>7,356</b>
<b>2:Millennium BCP</b>	<b>7,446</b>
<b>3:BES</b>	<b>7,204</b>
<b>4:CGD</b>	0,000
<b>5:Santander Totta SGPS</b>	<b>13,171</b>
<b>6:Banif SGPS</b>	17,746
<b>7:Crédito Agrícola</b>	20,753
<b>8:Montepio</b>	<b>11,739</b>
<b>9:Popular</b>	18,110
<b>10:Finantia</b>	64,779
<b>11:Invest</b>	33,430
<b>12:Finibanco</b>	34,330
<b>13:BBVA</b>	28,193
<b>14:Deutsche Bank</b>	38,520
<b>15:Barclays</b>	32,550
<b>16:Banco BIC</b>	45,130
<b>17:BNP</b>	40,675

---

Anexo-Análise de Robustez- Tabela 5 - Dendrograma 2010



Anexo-Análise de Robustez- Tabela 6

Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4	Cluster 5	Cluster 6	Cluster 7
Banco BPI	Banif SGPS	Finantia	Invest	Finibanco	BBVA	Banco BIC
BES	Crédito Agrícola				Deutsche Bank	Barclays
CGD						BNP
Millennium BCP	Popular					
Montepio						
Santander Totta SGPS						

- Aplicação do critério média dos grupos (*average linkage between group*)

Ano 1999

Anexo-Análise de Robustez- Tabela 7

---

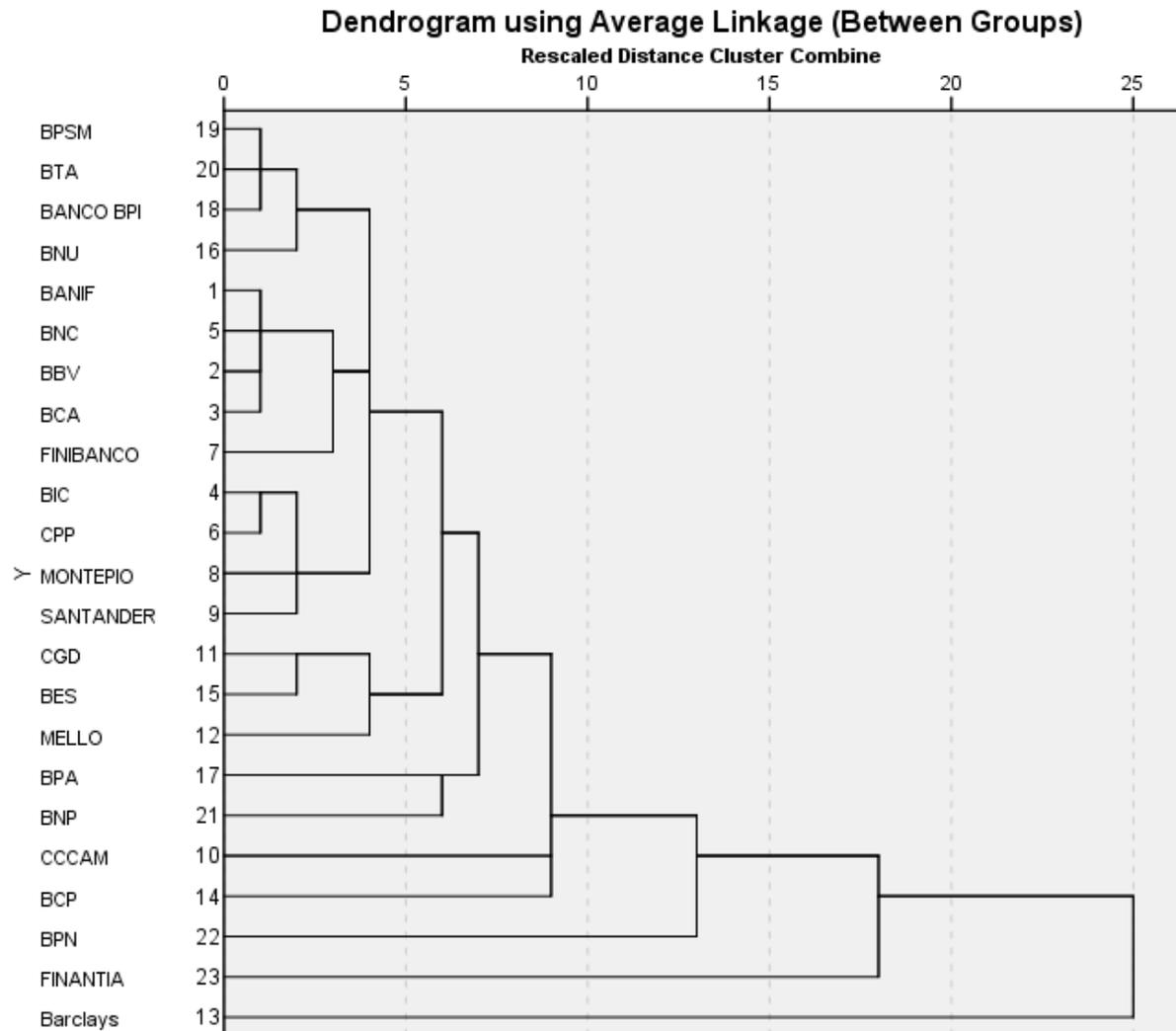
**Proximity Matrix**

**Case**

	<b>11:CGD</b>
<b>1:BANIF</b>	20,144
<b>2:BBV</b>	25,851
<b>3:BCA</b>	24,062
<b>4:BIC</b>	24,237
<b>5:BNC</b>	27,378
<b>6:CPP</b>	26,669
<b>7:FINIBANCO</b>	19,813
<b>8:MONTEPIO</b>	20,022
<b>9:SANTANDER</b>	31,452
<b>10:CCCAM</b>	23,670
<b>11:CGD</b>	0,000
<b>12:MELLO</b>	17,244
<b>13:Barclays</b>	83,748
<b>14:BCP</b>	28,080
<b>15:BES</b>	7,105
<b>16:BNU</b>	20,571
<b>17:BPA</b>	25,517
<b>18:BANCO BPI</b>	15,722
<b>19:BPSM</b>	9,185
<b>20:BTA</b>	12,519
<b>21:BNP</b>	42,779
<b>22:BPN</b>	51,574
<b>23:FINANTIA</b>	42,210

---

Anexo-Análise de Robustez- Tabela 8 -Dendrograma



Average Linkage (Between Groups)

Anexo-Análise de Robustez- Tabela 9

Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4	Cluster 5	Cluster 6
BANCO BPI	CCCAM	Barclays	BCP	BPN	FINANTIA
BANIF					
BBV					
BCA					
BES					
BIC					

---

BNC  
 BNP  
 BNU  
 BPA  
 BPSM  
 BTA  
 CGD  
 CPP  
 FINIBANCO  
 MELLO  
 MONTEPIO  
 SANTANDER

---

Ano 2010

Anexo-Análise de Robustez- Tabela 10

---

**Proximity Matrix**

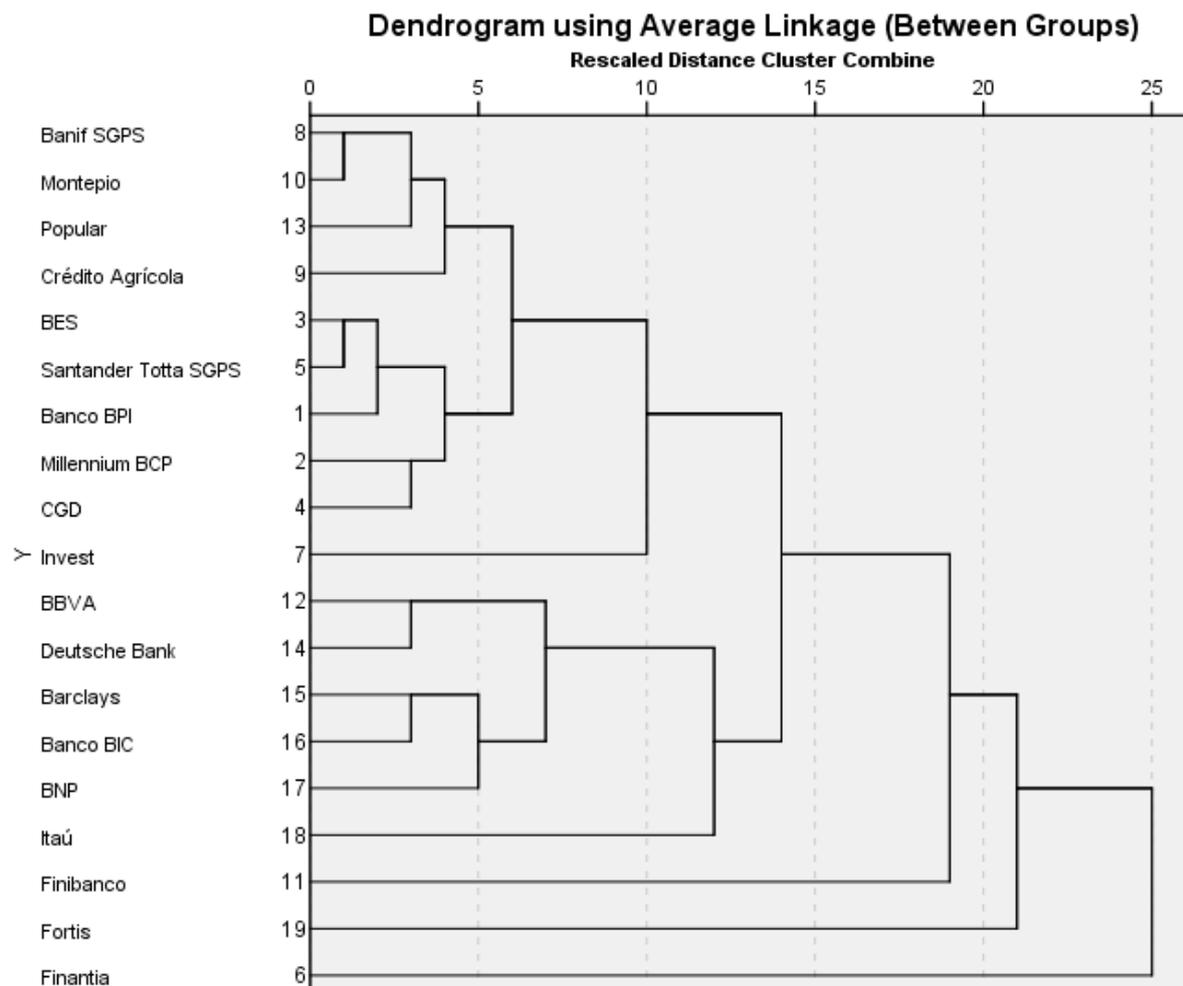
Case

	<b>4:CGD</b>
<b>1:Banco BPI</b>	7,334
<b>2:Millennium BCP</b>	7,040
<b>3:BES</b>	7,015
<b>4:CGD</b>	0,000
<b>5:Santander Totta SGPS</b>	13,063
<b>6:Finantia</b>	58,287
<b>7:Invest</b>	31,848
<b>8:Banif SGPS</b>	17,476
<b>9:Crédito Agrícola</b>	20,729
<b>10:Montepio</b>	11,663
<b>11:Finibanco</b>	34,732
<b>12:BBVA</b>	27,047
<b>13:Popular</b>	17,826
<b>14:Deutsche Bank</b>	34,847
<b>15:Barclays</b>	28,664

---

<b>16:Banco BIC</b>	42,199
<b>17:BNP</b>	37,108
<b>18:Itaú</b>	38,634
<b>19:Fortis</b>	57,531

Anexo-Análise de Robustez- Tabela 11- Dendrograma



Anexo-Análise de Robustez- Tabela 12

Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4	Cluster 5	Cluster 6	Cluster 7
Banco BPI	Finantia	Invest	Banif SGPS	Banco BIC	Itaú	Fortis
BES			Crédito Agrícola	Barclays		
CGD			Finibanco	BBVA		
Millennium BCP			Montepio	BNP		
Santander Totta SGPS				Deutsche Bank		
				Popular		

